



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lídia Brelaz da Silva

**En(luta)das mães – Laço, luto e mobilização social de mulheres que
perderam filhos no cenário de violência**

UBERLÂNDIA

2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Lídia Brelaz da Silva

En(luta)das mães – Laço, luto e mobilização social de mulheres que perderam filhos no cenário de violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Anamaria Silva Neves

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2024

Silva, Lídia Brelaz da, 1991-
En(luta)das mães [recurso eletrônico] : Laço, luto e
mobilização social de mulheres que perderam filhos no
cenário de violência / Lídia Brelaz da Silva. - 2024.

Orientador: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.517>
Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Neves, Anamaria Silva, 1969-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Lídia Brelaz da Silva

En(luta)das mães – Laço, luto e mobilização social de mulheres que perderam filhos no cenário de violência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura
Orientadora: Prof^a. Dr^a Anamaria Silva Neves

Uberlândia, 01 de agosto de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Anamaria Silva Neves (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^a. Dr.^a. Carmem Lúcia Costa (Examinadora)
Universidade Federal de Catalão – Catalão, GO

Prof.^a Dr.^a. Mariana Hasse (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Airton Pereira do Rego Barros (Examinador Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2024



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 465, PPGPSI				
Data:	Primeiro de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:45
Matrícula do Discente:	12222PSI016				
Nome do Discente:	Lídia Brelaz da Silva				
Título do Trabalho:	En(luta)das mães - laço, luto e mobilização social de mulheres que perderam filhos no cenário de violência				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A Psicanálise e as configurações familiares contemporâneas				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Carmem Lucia Costa - UFCAT; Mariana Hasse - FAMED/UFU; Anamaria Silva Neves, orientadora da candidata. Ressalta-se que todos os membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^a Dr.^a Carmem Lucia Costa participou da cidade de Catalão - GO, as professoras doutoras: Mariana Hasse; Anamaria Silva Neves e a discente Lídia Brelaz da Silva, participaram da cidade de Uberlândia - MG, conforme a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, Dr.^a Anamaria Silva Neves, apresentou a comissão examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Hasse, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/08/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARMEM LUCIA COSTA, Usuário Externo**, em 01/08/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5555907** e o código CRC **AD0513F1**.

Referência: Processo nº 23117.047042/2024-88

SEI nº 5555907

Agradecimentos

Desde muito cedo fui incentivada a acreditar na potência dos encontros. Acreditar que, em comunidade, é possível elaborar possibilidades para lidar com o que quer que seja. Talvez por isso, no percurso de escrita desta dissertação, por muitas vezes me peguei cantarolando a música "Princípia" do Emicida. Suas palavras ecoaram em meu coração, trazendo conforto e inspiração:

Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão? Seria, sim, seria se não fosse o amor. O amor cuida com carinho, respira o outro, cria o elo. No vínculo de todas as cores, dizem que o amor é amarelo. É certo na incerteza, socorro no meio da correnteza. Tão simples como um grão de areia, confunde os poderosos a cada momento. Amor é decisão, atitude, muito mais que sentimento. Alento, fogueira, amanhecer. (Oliveira, 2019)

É cantarolando essa canção que agora escrevo estes breves agradecimentos:

Agradeço ao PPGPSI pelo acolhimento. Em especial, agradeço à Adriana e à Eliane (que muitas vezes me ajudaram nas burocracias) e à Anamaria, por ter me acolhido e orientado neste percurso – pela paciência e por me ajudar a aterrissar.

Agradeço à Carmem por ter topado participar da qualificação e colaborado com preciosas observações.

Minha turma: Carol, Maria Clara e Mariana - obrigada pelo apoio e carinho que vocês sempre demonstraram. Day, obrigada pela escuta, por compartilhar não apenas as aflições, mas a estrada e até sua casa.

Minha família: pai, mãe, Raki, Pêpi, Rubinho, João e André. Obrigada por confiarem, torcerem e me darem suporte durante toda a minha vida. Sou muito afortunada de ter vocês comigo.

À Natália (womanzinha, please!), obrigada por me dar suporte e torcer por mim. Por dividir os afazeres e o dia a dia.

Ao Fabrício, meu irmão de perto e de longe – que caminha comigo desde a graduação – expresso minha gratidão pela amizade constante e pelo suporte incondicional.

Meus amigos não humanos (caninos e felinos), de quem eu cuido e que cuidam de mim também: Migo, Juju, Pequeni, Luna e Sol.

À Larissa, por me escutar.

Agradeço à CAPES pelo financiamento.

À(os) nós e aos laços que me sustentaram até aqui – meu muito obrigada.

Encerro esta etapa com os dizeres de Emicida coração: "Tudo, tudo, tudo que *nóis* tem é *nóis*. Tudo que *nóis* tem é isso: uns aos outros" (Oliveira, 2019).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o engajamento social e político de mulheres que perderam seus filhos em cenários de morte violenta, utilizando o Coletivo Mães do Xingu, de Altamira (PA), como foco de análise. Fundamentada na teoria psicanalítica, em especial nos conceitos de luto e laço social, a investigação explora como essas mães transformam o luto em ações coletivas de resistência. A metodologia adotada incluiu a análise de postagens em redes sociais e reportagens que envolvem o Coletivo, possibilitando a coleta de dados sobre suas estratégias de mobilização. A dissertação está estruturada em três capítulos interligados: o primeiro discute a violência e a construção do território, ressaltando o contexto de Altamira; o segundo aborda o processo de luto, suas implicações psicossociais e a maneira como é vivido pelas mães; o terceiro examina a mobilização dessas mulheres, relacionando-a com questões de gênero. Os resultados mostram que o engajamento dessas mães é uma tentativa de ressignificar suas perdas e buscar justiça, evidenciando o luto como um motor para ações políticas e coletivas. Conclui-se que o luto, além de um processo pessoal, pode ser compreendido como uma ferramenta política capaz de fortalecer laços sociais e promover a reivindicação de direitos em contextos de violência e desamparo institucional. Dessa forma, a pesquisa destaca a importância de reconhecer o luto como um espaço de resistência e transformação social, ampliando a compreensão das dimensões políticas e subjetivas envolvidas nas vivências dessas mulheres.

Palavras-chave: *Violência; Gênero; Mobilização Social; Altamira; Psicanálise*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Altamira - Pará.....	23
Figura 2 - Postagem de apresentação de Málaque Mauad.....	37
Figura 3 - Postagem de apresentação de Nagida Gomes.....	38
Figura 4 - Convite para Live luto e os seus desafios	48
Figura 5 - Convite para Ato de vigília por Justiça.....	61
Figura 6 - Málaque na manifestação pela paz após o assassinato de Magid	65
Figura 7 - Convite para o evento Café com Direitos Humanos.....	72
Figura 8 - Convite para o II Encontro Regional das Mulheres do Xingu.....	74
Figura 9 - Postagem de apresentação de Vilma Cardozo	85
Figura 10 - Pedido de contribuição para o Encontro nacional em Vitória – ES	88

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I: Território e violências.....	22
1.1- Sobre o território	23
1.2- Zonas de sacrifício.....	31
1.3- Na alta mira: vidas à mercê de violências	34
Capítulo II: Luto e laço social	42
2.1- O trabalho de luto à luz da Psicanálise.....	43
2.2- Luto e violência: a condição traumática e os arranjos possíveis.....	51
2.3- O luto no laço social e os campos público e privado	57
Capítulo III: Gênero, maternidade e luta	67
3.1- Gênero em perspectiva	68
3.2- Maternidade: entre a idealização e a realidade.....	75
3.3- Mães in memoriam.....	81
Considerações finais	91
Referências bibliográficas	98

Introdução

Rompi tratados, trai os ritos / Quebrei a lança, lancei no espaço um grito, um desabafo / E o que me resta é só um gemido, / Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos / Meu sangue latino, minha alma cativa.
(Sangue Latino - João Ricardo/Paulinho Mendonça)

A violência é um fenômeno universal que permeia a experiência humana sob diferentes perspectivas, sendo amplamente debatido por estudiosos (Silva Junior & Besset, 2010). Relatos de situações violentas, sejam elas íntimas ou públicas, individuais ou coletivas, são frequentes em diversos contextos sociais. Esse fenômeno não se limita aos seus aspectos físicos, mas também possui uma dimensão simbólica, envolvendo abusos, segregações, violações e a negação de direitos fundamentais (Silva Junior & Besset, 2010). Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, de forma efetiva ou em ameaça, dirigido contra si mesmo, outra pessoa, grupos ou comunidades, com potenciais consequências como sofrimento, morte, danos psicológicos, comprometimento do desenvolvimento ou privação (WHO, 1996).

Para mais informações, visite [GPT Online](<https://gptonline.ai/pt/>). As sociedades têm, em sua trajetória, marcas e efeitos da violência desde a sua constituição. Desde tempos remotos, à exemplo, gregos e romanos são lembradas não apenas pela busca de poder e domínio territorial por meio de guerras sangrentas que resultavam no assassinato ou escravização de outros povos, mas também pela espetacularização da violência, como no caso das lutas de gladiadores (Guarinelo, 2007).

Já em termos geográficos e temporais mais próximos, a América Latina tem a sua história marcada por diversas violências. A “conquista” europeia, a partir de expedições que ambicionavam novos territórios, resultou no assassinato, opressão e escravização de

vários povos nativos (Schwarcz, 2019). No século XX, os governos ditatoriais, majoritariamente militares, ganharam força em países latinos. O regime de opressão em países como Brasil, Chile, Peru, Uruguai, Paraguai e Argentina resultou em torturas, estupros, desaparecimentos, atentados e assassinatos. No Brasil, a colonização deixou marcas simbólicas e repetições violentas, que se manifestam, por exemplo, numa sociedade ainda racista. Esse aspecto pode ser notado quando se observam os números gerais de homicídios no país (Schwarcz, 2019).

Atualmente, diante da realidade social do país, frequentemente nos deparamos com notícias sobre episódios de violência que resultam em perdas de vidas. Por se tratar de um problema público no Brasil, os índices estatísticos são gerados e geridos para permitir a análise e a proposição de medidas de prevenção e enfrentamento das diferentes formas de violência. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organizou o Atlas da Violência, no qual são apresentados dados quantitativos que podem auxiliar na compreensão da criminalidade no país (Ipea, 2023). Segundo o Ipea, em 2019 e 2020, a região Norte foi a única que não apresentou queda nas taxas de homicídio — uma situação relacionada aos conflitos entre facções que disputam o controle do corredor internacional de drogas na região (Ipea, 2023).

Ainda em uma leitura quantitativa, a violência é registrada no Brasil como a eminente causa da morte de jovens (Ipea, 2023). De acordo com os dados publicados pelo Ipea, em 2021, 50,6% das vítimas de homicídio eram jovens entre 15 e 29 anos. (Ipea, 2023). Apesar de, nos últimos 10 anos os homicídios de jovens tenham diminuído, em termos quantitativos e proporcionais, a violência continua sendo um imbróglio de grande magnitude, constituindo-se como um problema de segurança pública (Ipea, 2023).

Em alguns casos, em resposta a essa realidade, é possível observar o engajamento coletivo, social e político de familiares e comunidades que buscam, no contexto de luto, formas de lidar com as perdas. Casos como esses são descritos no website WikiFavelas¹, onde são compartilhadas memórias e histórias de favelas e periferias atravessadas por inúmeras perdas e violências.

Entre as realidades e histórias compartilhadas no website, consta um buscador que organiza informações a respeito das mobilizações sociais nas comunidades. Movimento Candelária Nunca Mais, Movimento Independente Mães de Maio, Mães de Acari, Mães de Manguinhos, Movimento Moleque, Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, Rede Mães de Luta MG, Mães do Xingu, Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência na Baixada Fluminense - são alguns exemplos de mobilizações sociais organizadas em comunidade a partir da perda de filhos ou familiares vítimas de violência citados no website. As mobilizações desses grupos têm diferentes objetivos, desde denúncia pública, reivindicação de direitos, busca por justiça e reconhecimento, e a formação de rede de apoio e afetos (Lacerda, 2013).

O cenário composto por mães em territórios violentos, que a partir do luto pela morte de um filho se organizam em coletivos, desperta reflexões sobre o lugar social dessas mulheres e as características comuns desses movimentos, especialmente o fato de serem organizados predominantemente por mulheres, sobretudo mães das vítimas. Desse modo, com base nessas inquietações emerge a questão norteadora desse estudo, qual seja: O que essas mulheres-mães buscam quando, a partir da perda individual, partem para o espaço público para aderir e engajar em movimentos sociais?

¹ O website WikiFavelas é organizado pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT-Fiocruz). O website foi lançado com o intuito de propiciar a preservação da memória e identidade coletiva de moradores de periferias e favelas, em prol do direito à cidade e expansão da cidadania: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco

A presente pesquisa se propôs a investigar a experiência de luto e mobilização de mulheres que perderam seus filhos em contextos de violência, com o objetivo de compreender como essas vivências são ressignificadas e transformadas em ações de resistência e busca por justiça. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa fundamentada na Psicanálise, dado seu potencial para acessar as dimensões subjetivas e inconscientes que perpassam a experiência do luto e as práticas de resistência social. A Psicanálise oferece uma lente teórica que possibilita explorar as relações entre subjetividade e laço social, essenciais para a compreensão do fenômeno em estudo.

A presente pesquisa adota o método psicanalítico aplicado ao contexto social e relacional das participantes, utilizando conceitos fundamentais de autores como Freud (1856-1939) e Lacan (1901-1981). A teoria psicanalítica orientou a análise dos materiais disponíveis, buscando compreender como as experiências de luto vividas por essas mulheres se manifestam tanto no âmbito pessoal quanto na esfera pública, evidenciando os aspectos simbólicos que moldam e dão sentido às suas ações.

Fundamentada na Psicanálise, esta investigação utiliza uma abordagem que transcende o setting clínico tradicional, aplicando-se também ao âmbito social, desde que sejam mantidos os requisitos básicos do método psicanalítico (Chrisóstomo, de Oliveira Moreira, Guerra & Neto, 2018). A partir do pressuposto de que o inconsciente se manifesta nas diversas expressões humanas, culturais e sociais (Rosa & Domingues, 2010), essa metodologia demonstra sua relevância ao valorizar a singularidade de sua aplicação e a riqueza que emerge das imperfeições inevitáveis no processo (Iribarry, 2003).

As informações desta pesquisa foram coletados a partir de duas principais fontes: as redes sociais do Coletivo Mães do Xingu e entrevistas concedidas pelas mães a

repórteres e veículos de comunicação. As postagens e interações nas redes sociais foram selecionadas por sua capacidade de revelar as narrativas que sustentam a mobilização social e a busca por justiça, destacando estratégias de comunicação e resistência adotadas pelo Coletivo. Foram analisados comentários, imagens e textos compartilhados, assim como as respostas do público, com o objetivo de compreender como o luto é publicamente articulado, elaborado e ressignificado.

As entrevistas forneceram relatos detalhados sobre as trajetórias das mães, o impacto da perda e a experiência de participar de uma rede de solidariedade. Foram priorizadas aquelas que abordassem tanto a dimensão subjetiva do luto quanto as ações das mães no espaço público, permitindo uma análise ampla da transformação do luto em prática coletiva e política.

Com base nessas informações, foram investigados a origem do Coletivo, sua organização e formas de atuação, elementos que estruturaram as reflexões e análises ao longo dos capítulos. A discussão foi organizada de forma a estabelecer conexões temáticas, entrelaçando tópicos como território e violência, violência e luto, luto e maternidade, e luta política e laço social, promovendo uma abordagem integrada e coesa.

A análise dos dados foi realizada com base na teoria psicanalítica, utilizando-se conceitos como trauma, inconsciente e luto. Os relatos foram explorados com o intuito de identificar os significantes que constituem as narrativas de luto e as estratégias de resistência social adotadas por essas mulheres. Em particular, buscou-se compreender como o luto é transformado em um espaço de engajamento e mobilização política, desafiando a percepção de que o luto é uma experiência exclusivamente individual e apolítica. A análise foi desenvolvida de forma interativa, com o intuito de propor um diálogo contínuo entre teoria e informações.

O papel da pesquisadora nesta investigação revela-se central, especialmente devido à natureza subjetiva da Psicanálise. Reconhece-se que a posição do pesquisador está intrinsecamente ligada ao objeto de estudo, exigindo um exercício contínuo de reflexividade, no qual se analisam as próprias impressões e influências no processo investigativo.

Neste trabalho, escolhe-se o Coletivo Mães do Xingu como um movimento representativo para análise. No decorrer do texto, serão abordados com maior destaque três casos específicos: Málaque Mauad, principal liderança do Coletivo e mãe de Magid Maud, assassinado em 2017 aos 22 anos; Nagida Gomes, integrante do grupo e mãe de Artur Teixeira, morto também em 2017 aos 18 anos; e Vilma Cardozo, outra integrante, mãe de Rotterdam Dias Ribeiro, vítima de 14 disparos no mesmo ano, aos 21 anos. Esses casos foram selecionados por sua relevância e destaque na cobertura midiática.

A escolha do Coletivo Mães do Xingu não é aleatória. Está profundamente vinculada às origens da pesquisadora e aos incômodos que emergem ao revisitar esse território. Localizado no Vale do Xingu, Altamira — conhecido como a “princesinha do Xingu” devido à sua beleza natural e riqueza ambiental — também carrega em sua história marcas de violência extrema. Entre elas, destacam-se a construção da Usina de Belo Monte, o caso dos Meninos Emascarados de Altamira e os conflitos gerados por facções criminosas, o que torna o contexto da pesquisa ainda mais significativo.

A Psicanálise é um modo de investigação no que há de desconcertado, nos restos. Neste modo de pesquisa, o método não é exógeno, mas construído ao longo do próprio ofício. Sendo assim, meu jeito de pensar está articulado pelo meu campo de inserção, meus atravessamentos e minhas raízes. Pesquisadora e objeto se enredam em uma implicação direta no que é proposto analisar: análogo ao sintoma, o sujeito elabora para

responder o que lhe provoca mal-estar, trazendo singularidade à pesquisa (Chrisóstomo *et al.*, 2018).

Dessa maneira, é também da minha experiência afetiva que emerge esse trabalho. Quase como uma escavação arqueológica, me encorajo a escavar as camadas das minhas memórias, revisitando as lembranças que tenho do lugar de onde vim e dos atravessamentos que tive (e tenho tido) no decorrer da vida. Por reconhecer a importância de preservar a experiência sensível presente neste trabalho, esta escrita é concebida como um ensaio teórico. Esse estilo privilegia a ficção como ponto de partida e de chegada, integrando, ao longo do percurso, a experiência vivida — colocando o sujeito em cena e mesclando subjetividade e objetividade em constante diálogo com a alteridade (Iribarry, 2003). Essa abordagem justifica-se pelos atravessamentos pessoais que permeiam o texto, instaurando a singularidade como elemento central. Assim, costuro minhas vivências com os temas discutidos, promovendo uma reflexão que transita entre a dimensão individual e a teórica, entre a experiência e a análise crítica.

Vivi no Pará até o início da adolescência, mas minha ligação com a região foi e continua sendo próxima. Hoje, quando me apresento, costumeiramente faço referência ao lugar que nasci. *“Meu nome é Lídia. Sou paraense. Nasci em Altamira, um lugar que talvez você conheça por alguma tragédia”*. Tragédias que tornaram Altamira um lugar conhecido dizem de aspectos violentos de diferentes tipos: desde a colonização do município, a violência ambiental, a desapropriação de lares, disputas agrárias e disputas de facções são histórias que ilustram esse entendimento.

Apesar de não ter vivido um longo período no município de Altamira, cresci no interior do Pará que, de maneira geral, é uma região que compartilha realidades semelhantes de violência. Viver em um contexto em que a violência é camuflada tornou nebulosa a minha percepção sobre as atrocidades. Por um bom tempo, nem sequer

compreendia as violências do ambiente como, de fato, violências apesar de constantemente ouvir e presenciar os noticiários e as histórias que ilustravam a fala popular de que ali era uma “terra sem lei”.

Apesar da conjuntura, apenas recentemente entendi, de fato, que cresci inserida em um cotidiano violento. Creio que a dificuldade em notar o contexto violento esteja relacionada a não ter sentido *na carne*. Ao dizer que não senti *na carne*, faço referência ao fato de que trago em meu corpo marcadores que de certa maneira me submeteram à determinadas violências (como as violências de gênero), mas também marcadores que certamente me pouparam de outras violências (como as que atingem pessoas negras). Sou uma mulher que possui traços fenóticos de uma pessoa branca: pele clara, olhos claros, cabelos claros e lisos - traços capazes de me fazer parecer diferente de boa parte da população da região Norte do Brasil. Certamente essas características me resguardaram de algumas violências comuns a corpos que trazem expressamente nítidas marcadores sociais de raça, classe e gênero. Essa questão está de acordo com o entendimento de que homens negros são mais vulneráveis às mortes violentas, tais como homicídios (Ipea, 2023).

Embora não na carne, de algum modo, as violências do contexto deixaram efeitos de experiência em mim. De maneira consciente, não associava que a minha terra pudesse ser um lugar perigoso. Enfatizo a consciência porque havia um cuidado corriqueiro pedido e incentivado no âmbito familiar já que estar atenta aos ambientes que frequentava e evitar ficar perto de pessoas que eram juradas de morte para não correr o risco de ser assassinada por engano eram demandas dos meus pais. Esses cuidados *básicos* seriam capazes de manter minhas irmãs e a mim a salvo fisicamente. Digo fisicamente por que psiquicamente o contexto que exige esses cuidados deixa suas marcas subjetivas e agora, as percebo sob outra compreensão.

Os frequentes casos de extermínio na região eram capazes de produzir algum nível de tensão que com o passar do tempo se diluía, mas não deixava de estar presente gerando um inquietante incômodo. Especulava em minha mente como ficava a vida de alguém que perdia um ser amado. Com pouca idade, mas atravessada por essas experiências, eu me precavia como podia – sem sofisticação, improvisava documentos de identificação para caso precisasse ser reconhecida em uma situação de tragédia. *Infantil, eu?*² Certamente, sim, já que a partir da Psicanálise a compreensão do termo como um substantivo aponta para a angústia do real e a emergência do sujeito do inconsciente.

Desses atravessamentos surge a experiência – ponto que interessa muito à Psicanálise. Uma vez que quando a experiência atravessa e se dá lugar para a vivência da experiência é possível criar uma narrativa sobre o que foi vivido (Bondía, 2002). Essa compreensão nos instiga a apreender o que das vivências em um lugar violento, deixa de marcas na subjetividade. É a partir da experiência vincular que se constrói narrativas sobre o que foi vivido, sobre o que foi experienciado. No decorrer de um processo de escrita e análise é possível perceber que o que se revela são as reminiscências. Assim, o sujeito da experiência é o sujeito do inconsciente (Bondía, 2002).

Nos funerais que frequentei devido ao ofício do meu pai, que é pastor evangélico, lembro-me dos corriqueiros comentários feitos em voz baixa, mas que eu, curiosa, escutava “*Foi morte matada ou morte morrida?*”. Essa mesma pergunta foi imortalizada em *Morte e vida Severina* (de Melo Neto, 2007), obra de João Cabral de Melo Neto (1955/2008). Por meio da linguagem já se aponta a perspectiva de que haja diferenças

² Em referência ao texto *Infantil, eu?* de Maria Lúcia Müller Stein publicado em 2011 na Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre. No texto a autora busca diferenciar os termos infância e infantil para dar enfoque à noção de infantil na Psicanálise. Compreende-se o termo infantil não como adjetivo, mas como substantivo representando uma experiência extra tempo que ultrapassa a infância - sendo um conceito que exprime o tempo entre o recalque originário e o recalque propriamente dito do Édipo. O conceito, caro à formulação do corpo teórico da psicanálise, nos ajuda a pensar na emergência do sujeito do inconsciente, a questão da fantasia, a compulsão à repetição e no sintoma. É ainda articulado à angústia do real. É a partir da concepção do infantil como trauma que se apresenta a posição do desamparo do sujeito.

entre a morte por causas naturais e a morte perpetrada por ato de violência: demonstra-se diferença entre o cenário de ter morrido ou “ter sido matado”. A morte a partir de um atentado realizado de uma pessoa contra outra, evoca uma experiência sensível, atada a interrogações morais, uma ação humana que produz o fim de outra vida humana (Bispo, 2015).

Lá, naquele pequeno interior onde eu cresci, a morte e as despedidas póstumas eram tidas como um evento na cidade. As celebrações fúnebres eram anunciadas pelas famílias enlutadas em um carro de som que percorria a cidade convidando a todos para o que era chamado pelo locutor como “*um ato de fé e solidariedade cristã*”. Esses eventos eram o momento de compartilhar a dor da perda. Momento de ser enlaçado no acolhimento de um grupo.

São histórias que moldam minhas experiências e minhas narrativas. Acredito que, de alguma maneira, a escrita desta dissertação é também uma tentativa de documento de identificação – ao escrever, me (re)encontro com memórias e experiências que me atravessam e me constituem. Da época da infância, permanecem alguns questionamentos a respeito da vida após perdas trágicas e violentas. Agora adulta, em um movimento de buscar compreender novas questões que surgiram, com as ferramentas que tenho, recorro à Psicanálise na elaboração de possíveis caminhos de interpretação.

Ao elaborar a Psicanálise, Freud não se furtou de analisar aspectos que atravessam a experiência humana. A fragilidade das relações humanas, luto, guerras e discursos de dominação e violência são aspectos abordados em seus textos. Freud (1921[2011]) destacou que seria impossível pensar em uma psicologia individual alienada da leitura e compreensão de aspectos sociais. A Psicanálise tem muito a contribuir na compreensão a respeito da violência e seus atravessamentos no sujeito contemporâneo. Além de Freud,

recorro a psicanalistas contemporâneos, como Christian Dunker para pensar o luto e o laço social, e a Vera Iaconelli para pensar sobre gênero e cuidado, e muitos outros.

É fundamental que o pesquisador psicanalítico, ao estudar fenômenos sociais e políticos, busque conhecimentos que ratifiquem as condições que determinam o fenômeno, apropriando-se da história, da sociologia e da antropologia (Rosa & Domingues, 2010). Então, busco ainda um diálogo com autores de outras áreas para me auxiliar nessas elaborações. Recorro aos escritos da filósofa Judith Butler para discutir a respeito de gênero, subjetividade, violência, luto e injustiça. O geógrafo Milton Santos e a psicanalista Mignon Pereira Lins ajudam a pensar a relação do território com o sujeito e como a Psicanálise transita nesses campos. Para pensar os Movimentos Sociais, recorro a cientista política Maria da Glória Gohn.

Abranger aspectos do território em intersecção à Psicanálise é propor a refletir sobre a Psicanálise para além das questões do consultório. Afinal, de maneira frequente na história da Psicanálise tem sido potente articulá-la com aspectos da cultura como a história, a geografia e a teoria crítica. Esse posicionamento se firma à compreensão de que a Psicanálise não fala apenas das características singulares de indivíduos, mas que corrobora na compreensão de coletivos, movimentos sociais e a políticas (Chrisóstomo *et al.*, 2018). Não cabe à Psicanálise a vaidade de ousar sobrepor uma análise sociológica, mas compete refletir a dimensão inconsciente presente nos fenômenos sociais pesquisados (Rosa & Domingues, 2010). Nesse ponto, a Psicanálise articulada à outras teorias enriquece a compreensão a respeito de como as relações se dão em âmbito privado e público em diferentes espaços.

A pesquisa é também um instrumento de ação. Compreendo que essa escrita faz parte do movimento social, acadêmico e político no qual me sinto engajada. Apesar de o

ato de escrever ser solitário, ousar dizer que estar aqui é também o resultado de um movimento coletivo de trocas e suporte de quem e com quem me ampara nessa caminhada. (En)laço³ não apenas com as autoras e autores com quem diálogo no decorrer da escrita, mas também com quem compartilha experiências comigo.

Autorizo-me aqui a ser investigadora, pesquisadora, analisante e escritora. Faço então referência a Freud (1908 [2015]) que compreende escritores como pessoas corajosas que, com sensibilidade, deixam falar seu próprio inconsciente.

A escrita deste trabalho está organizada em três capítulos. Relembro que o objetivo geral deste trabalho é compreender, com respaldo na teoria psicanalítica o engajamento social e político de mulheres que perderam seus filhos em cenário de morte violenta. Esses âmbitos – social e político - serão utilizados como disparadores de análise em cada bloco dos capítulos.

No Capítulo I será discutido a respeito de território e violências e será tomado como objetivo específico apresentar o território de Altamira e os atravessamentos de viver e crescer em um lugar violento. Para isso, apresento aspectos históricos e geográficos da região, exponho a respeito da violência no território e discuto a respeito de vidas que são mais suscetíveis a morrer em prol do desenvolvimento.

No Capítulo II, com o aspecto social como pano de fundo, debatarei a respeito do luto e laço social. Nesse percurso, com o objetivo específico de apreender o processo de enlutamento no laço social, será discutido a respeito da compreensão de luto a partir da

³ Em referência ao texto *Laço social: uma ilusão frente ao desamparo* de Paulo Roberto Ceccarelli publicado em 2009 na Revista Reverso. No texto o autor discute a hipótese do laço social, sendo uma criação do Eros, é um recurso possível que o ser humano utiliza frente ao desamparo.

Psicanálise, para então aprofundar a respeito do luto em contextos de mortes violentas e, então, o entrelaçamento das violências e do luto no laço social.

No Capítulo III o aspecto priorizado é político e com isso será abordado o gênero, maternidade e luta. Nesse capítulo o objetivo específico é discutir a respeito da divisão social dos afetos. Para isso, será apreendida a discussão a respeito de gênero, maternidade e o engajamento social de mulheres que perderam seus filhos em cenário de violência.

Capítulo I: Território e violências

Este capítulo tem como objetivo discutir território e violências. Para isso, será primeiramente apresentado o contexto no qual se insere a narrativa: o município de Altamira. Busco um diálogo com geógrafos, como Claude Raffestin (1936) e Milton Santos (1926-2001), cujas obras são abrangentes e apropriadas para auxiliar na compreensão do conceito de território, aspecto fundamental nesta discussão.

Em sequência, tendo em consideração a primeira discussão a respeito de território, discutirei sobre as vivências de violência dentro do contexto de Altamira. discute-se a respeito de regiões que são deliberadamente eleitas para serem sacrificadas em prol do desenvolvimento capitalista. Apesar da intenção de proclamar um discurso de que Altamira é um lugar de progresso, o que se percebe é que a região tem em sua história as marcas da marginalização advindas também de disputas poder.

É no contexto em que um território pode ser sacrificado em prol do desenvolvimento que também notamos vidas que estão sob a mira desse sacrifício. O que quer dizer que há vidas que vivem em condições de precariedade e que, por isso, são mais propensas a mortes violentas do que outras vidas, para isso, recorro à obra de Judith Butler para compreender a respeito da precarização da vida.

Buscar-se-á identificar as repercussões sociais e psíquicas de nascer viver em um território violento, onde há vidas que são mais suscetíveis a morrer em prol do desenvolvimento. A partir desses pontos discursivos emerge o questionamento sobre quais marcas um território e seus atravessamentos podem imprimir nas subjetividades de diferentes sujeitos.

1.1- Sobre o território

Para melhor compreender a região, é importante mencionar alguns fatos. O município de Altamira está localizado na região sudoeste do estado do Pará, dentro da Amazônia. Com uma área de 159.533 km², é considerado o maior município do país (IBGE, 2024). Sua localização estratégica favoreceu a colonização, por oferecer potencial para transporte terrestre e hidroviário.

Na Figura 1 é possível ver a extensão territorial de Altamira dentro do Estado do Pará e em comparação com os municípios do estado. Altamira está marcado em laranja, enquanto o restante do estado é mostrado em uma cor amarelada

Figura 1 - Altamira - Pará



Nota. Fonte: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/altamira.html>

Nos anos de 1750, a região do Xingu foi colonizada por missões jesuítas, tendo como atividade econômica principal a extração de borracha (Câmara Municipal de Altamira, 2024). Séculos se passaram e, no final da década de 1960 e início dos anos

1970, durante o regime militar, o governo do presidente Emílio Médici propôs um plano de integração nacional por meio da abertura e construção de uma estrada com 1.750 km de extensão, chamada Rodovia Transamazônica (BR-230) (De Oliveira Gomes, 2003). Esse momento histórico inaugurou um período de intensa exploração da floresta amazônica que, de acordo com os objetivos governamentais, buscava criar assentamentos de colonos com o intuito de dominar a região (Câmara Municipal de Altamira, 2024). Para marcar o início da construção da rodovia, Emílio Médici visitou o município e, em um ato simbólico, derrubou uma castanheira de cerca de 50 metros de altura, numa tentativa de demonstrar domínio e exploração (de Oliveira Gomes, 2003). Hoje, talvez possamos considerar esse ato como um prenúncio do que estava por vir.

A partir do planejamento de colonização do território da Transamazônica, o governo da época empenhou-se em atrair famílias numerosas, que tinham o intuito de se consolidar na região (Lacerda, 2013). A região, que à época era habitada por povos originários, passou a receber um número significativo de migrantes atraídos pela promessa de terras e emprego (Lacerda, 2013). Povos de diferentes origens chegaram a Altamira, gerando um crescimento populacional expressivo e abrupto. Desde então, a principal atividade econômica do município tem sido a pecuária e a agricultura, com destaque para o cultivo de cacau, feijão, arroz e milho (Câmara Municipal de Altamira, 2024).

Talvez a leitora ou o leitor se questione sobre a importância de ressaltar a localização geográfica, a extensão territorial, o histórico de colonização, informações sobre o regime militar ou dados quantitativos acerca da violência na região. No entanto, essas nuances incorporam conceitos e aspectos políticos, históricos e econômicos, sendo fundamental caracterizar esses conceitos que são caros à Geografia.

Termos conceituados na Geografia são evocados aqui com o intuito de enriquecer a discussão proposta e por isso aparecem nesta escrita com certa frequência: lugar, território e Estado. Yi-Fu Tuan (1930-1992), geógrafo sino-americano e reconhecido no campo da Geografia humanista, relaciona lugar ao campo afetivo e dotado de valor para o indivíduo – por ser um espaço onde desenvolvemos experiências de vida (Tuan, Yi-Fu, 1983).

Por sua vez, Estado é compreendido como um mediador entre o individual e o coletivo e relacionado ao ordenamento jurídico de determinado território (Da Costa, 2008). O Estado se constitui de outros elementos importantes como o governo, a população e o território. Quando falamos a respeito de território, também falamos sobre limites, fronteiras, soberania e sobretudo, poder. A partir da Geografia Crítica compreendemos que no território o Estado não é o único poder, mas é um espaço delimitado a partir das relações de poder (Da Costa, 2008).

No pensamento fundamental geográfico moderno, a compreensão de território diz sobre como a sociedade se organiza politicamente. Conforme Raffestin (1993), o conceito de território transcende a mera delimitação geográfica e adquire dimensão política e social intrínseca. Há uma relação complexa entre território e poder, uma vez que o território é o espaço onde as relações de poder se materializam e se articulam. Nesse sentido, o território não é concebido apenas como espaço físico, mas como campo de disputa e negociação onde os atores sociais se apropriam do espaço e o transformam por meio de estratégias, energia e informação.

A partir do exposto por Raffestin (1993), podemos compreender que o território não é estático, e justamente por refletir as estratégias e relações de poder estabelecidas, envolve um processo de constante mudança. O território não é apenas um espaço físico,

mas um campo de ação e de significados onde se desdobram as práticas e as estratégias dos atores sociais (Raffestin, 1993). A territorialidade se torna, então, um elemento imprescindível nas análises não apenas de dinâmicas territoriais, mas também a respeito do poder.

Com o passar dos anos, novas concepções a respeito do conceito de território surgiram. A partir da década de 1950 as novas abordagens na geografia contemporânea confrontaram a visão de que território se relacionava estritamente à expansão espacial e propuseram uma compreensão mais ampla que envolvesse sistema político sujeitado a uma conjuntura social e histórica e marcado por processos econômicos de produção (Lins, 2022). Essa compreensão também influenciou no amadurecimento de teóricos da geografia brasileira a respeito da concepção de território (Lins, 2022).

Dentre os teóricos da geografia brasileira, Milton Santos (1926-2001) se destacou entre os pioneiros no debate a respeito de Território. A partir de Santos (2007) é possível compreender o território como um espaço que, em movimento dialético, é formado e formador não apenas de capitais, mas de relações sociais entre os habitantes que se apropriam do espaço. São as pessoas que por meio da cultura, de suas relações sociais demarcam a territorialidade (Lins, 2022).

Para entender os vetores que têm efeito no território é também importante compreender as relações de poder presentes, uma vez que, quando falamos de território, falamos invariavelmente sobre relações de poder. É impreterível se questionar quem domina e exerce poder no território em questão. Essas noções de território são importantes na elaboração de políticas públicas e na compreensão do espaço, cultura e subjetividade (Lins, 2022).

As concepções propostas por Milton Santos em muito influenciaram o balizamento das políticas públicas no âmbito da saúde em nosso país. Contudo, é relevante discutir a compreensão de território quanto à ocupação dos espaços e segurança pública. Conceito caro à Saúde Mental, Território guarda em seu cerne aspectos determinantes de justiça e acesso a direitos que influenciam no sofrimento psíquico.

Em relação à Altamira, a enorme extensão territorial frequentemente dificultou (e ainda dificulta) o acesso a serviços e direitos dos cidadãos. O difícil acesso à região gera dificuldades que abrangem a segurança, saúde e educação – por vezes não é fácil transitar pela região mesmo que em emergências. Fatores característicos da região amazônica como as condições precárias das estradas, o intenso período de chuvas somados à lamentável indiferença do Estado e as parcas políticas públicas em prol da população, favorece que parte da população sofra com as consequências dessa realidade (Lacerda, 2013).

Em uma cadeia de precariedades, Altamira já figurou como um dos municípios mais violentos do país. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, dentre os municípios com população maior que 100.000 habitantes, o município estava no 7º entre aqueles com maior número de mortes violentas intencionais (Ipea, 2023). A segurança pública e a justiça social se entrelaçam no histórico de violência e luto.

Frente às faltas e abandono do Estado, resta à população criar alternativas para tornar a vida possível no território onde vive. Assim, “o território constrói-se como tal na ação coletiva das pessoas, nos encontros, nas formas mais potentes de alegria e dor, que as unificam como identidades comuns nas diferenças e ganham potência no enfrentamento das desigualdades” (Benício, 2019, p.31). É no território que se assenta

não apenas a residência e o trabalho, mas, sobretudo, o pertencimento a partir das trocas materiais, espirituais e da vida.

A história de Altamira como município não é totalmente diferente da história do Brasil como país. De enorme extensão geográfica, o país que chega a ter dimensão comparável com continente tem sua história marcada por um processo de colonização que deixou marcas violentas - reverberando em divisão social étnicas, política ideológica e de natureza socioeconômica até hoje não superadas (Schwarcz, 2019). Não é apenas um fato histórico, mas um pilar de sustentação a perspectiva de que o Brasil foi fundado sobre corpos humanos: dos povos originários e dos negros africanos raptados e escravizados (Brum, 2019).

Os anos se passaram desde o período colonial até o presente, mas seguimos às voltas para elaborar o trauma da opressão, da escravidão e da asfixia territorial dos povos originários (Schwarcz, 2019). Importantes estudiosos, como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Émile Durkheim (1858-1917) manifestaram a compreensões de que a história é uma eterna repetição. Não é objetivo desta escrita discutir as histórias cíclicas que se repetem na história da sociedade, mas é oportuno lembrar que a repetição é um conceito fundamental na Psicanálise (Lacan, 1964 [1985]).

O tema da repetição mobilizou Freud em algum de seus escritos dos quais se destacam: *Recordar, repetir, elaborar* (1914) e *Mais além do princípio do prazer* (1920). Freud, então, propôs que o que se repete no campo da ação é o que não é elaborado (Freud, 1914 [2010]). Não repetimos apenas o que é prazeroso é bem-quisto, mas também repetimos o que é relacionado ao desprazer, revivendo episódios ainda que dolorosos (Freud, 1914 [2010]).

Lacan, a partir de Freud e de concepções aristotélicas, fez distinção na compreensão a respeito da repetição (Lacan, 1964 [1985]). Considerava que algumas repetições estariam ligadas ao que chamou de *automaton*, relacionando à compulsão, a pulsão de morte; e outras repetições se relacionavam à *tique* – alusiva ao trauma (Lacan, 1964 [1985]). Para Lacan, por meio da fala essa repetição poderia ser simbolizada. (Lacan, 1964 [1985]). Essa compreensão nos encoraja a refletir na urgência de falarmos e discutirmos sobre nossa história como país. Resquícios do cenário violento e traumático do achamento e da colonização do Brasil nos marcam profundamente e se repetem até os dias atuais.

Retomo a pergunta lançada no início do capítulo: Quais as marcas que um território e seus atravessamentos podem imprimir na subjetividade? Não é factível pensar o inconsciente negando a conjuntura sociocultural. Para Lacan (1945[1998]) o inconsciente é o social, o inconsciente é a política, ou seja, o que sucede na sociedade traz efeitos na subjetividade de cada tempo.

Em escala municipal, quando pensamos em grandes metrópoles, comumente nos lembramos de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. As regiões mais distantes que bordejam essas metrópoles e são chamadas de favelas ou periferias, se tornando conhecidas por precariedade de acesso ao poder econômico e estereótipos de brutalidade e violência. Essa leitura de regiões de borda também pode ser compreendida olhando o país e suas regiões (Fundação Perseu Abramo, 2021/2022). Traçando um paralelo, podemos pensar o Norte e o Nordeste do país, como regiões que são postas à margem de regiões ditas desenvolvidas como o Centro-Oeste, Sul e o Sudeste. A representação imaginária é que lá, distante do desenvolvimento, no desconhecido, nas bordas, nas margens, lá não seria civilizado, lá é onde estão os ditos selvagens, e é lá que está a violência (Fundação Perseu Abramo, 2021/2022).

O contexto de desigualdade e exclusão social no qual a sociedade brasileira foi formada desde sua constituição fere a dignidade e humanidade da população. A conjuntura de violência gera certa desafetação no que diz respeito aos direitos de determinados grupos que tem determinados marcadores sociais. Ainda que existam documentos nacionais e internacionais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948) que preconizam o direito à vida, à liberdade e à segurança, constantemente nos deparamos com dinâmicas de violência que atravessam o cotidiano, em diversas disputas de poder atingindo vidas que enfrentam alguma precariedade.

Volto a dizer que essa não é uma característica apenas de Altamira ou da região Norte, mas faz parte da história do país. Quiçá a cena do *descobrimento* do Brasil que narra o encontro entre os colonizadores e os povos originários tenha nos deixado uma marca traumática (Schwarcz, 2019). Resultado de traumas fundamentais não elaborados como país, em identificação com o colonizador, são repetidas violências cotidianamente. A violência e o abandono são aspectos vistos (e escutados) na apenas na prática clínica, o que demonstram uma inter-relação entre cultura e subjetividade. Resultado de um legado colonial, a violência é um sintoma social na cultura do nosso país.

É certo que não são todos que sofrem da mesma forma. Tampouco seria razoável dizer que as circunstâncias são as mesmas para toda a população. O desenvolvimento prometido à época do Governo Militar não chegou para todos, restando um estado de subdesenvolvimento (Lacerda, 2013). Existem sinais de desigualdade a partir de marcadores sociais como raça, gênero e classe que submetem determinadas populações à maior vulnerabilidade de violências. Existem grupos colocados em determinadas regiões que não são apenas “morríveis”, mas também são “matáveis”. Existem vidas que estão na mira da violência o tempo todo (Butler, 2019).

É fundamental compreender o âmago do subdesenvolvimento e das desigualdades que ultrapassam toda sorte de efeitos não apenas no espaço, mas também no inconsciente (Lins, 2022). A realidade social não é desligada da realidade psíquica, e a todo tempo se atravessam. Nos toca então adentrar as perturbações advindas dos conflitos entre o singular e o social, buscando compreender como o sujeito se enlaça ao contexto no qual está inserido.

1.2- Zonas de sacrifício

Movimentos de justiça ambiental e da sociologia utilizam o termo “zona de sacrifício” para designar regiões deliberadamente escolhidas para abrigar empreendimentos que geram danos e riscos ambientais (Viegas, 2006). Compreende-se que os elementos situados na zona de sacrifício podem ser dizimados ou sofrer estragos em nome do desenvolvimento. Esse conceito vai além da perspectiva ambiental, abrangendo também o campo social. Não se requer uma profunda investigação para notarmos que algumas áreas (territórios) em subúrbios abrigam uma população que enfrenta dificuldades relativas à precarização social.

A exemplo, temos as comunidades que circundam grandes centros no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador, em Brasília entre outros. Em contextos assim, em favor de um suposto desenvolvimento, a morte é autorizada uma vez que essas vidas se veem diante de diversas precariedades de acesso aos direitos (Butler, 2019). Em Altamira, essa realidade não é diferente. A violência repercute – são corriqueiras as notícias a respeito de assassinatos por disputas agrárias e briga entre facções criminosas na região. No que abrange aspectos ambientais, o município por vezes estampou noticiários notabilizando os conflitos agrários, ou por grandes índices de desmatamento – seja para extração de madeira ou para construção da UHBM.

Após décadas de conflito, quando foi autorizada a instalação da UHBM em 2010, o anúncio e início das obras trouxe mais um crescimento abrupto e expressivo no município (Câmara Municipal de Altamira, 2024). Segundo dados do último censo, a população de Altamira atingiu a marca de 126.279 habitantes (IBGE, 2022). A implementação da obra, em meio a forte conflito ambiental, exigiu mudanças na configuração do município - a população que habitava nas áreas alagadas foi despejada de seus territórios originais e conduzida para Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC).

A empresa Norte Energia S.A (Nesa) foi a responsável pelo planejamento e a construção dos seis RUC's criados no município. Visando apenas realocar a população longe da área alagada, a nova organização do espaço urbano não tomou em consideração aspectos importantes na reterritorialização dos grupos. Laços comunitários e afetivos do antigo território foram rompidos. Disputas de poder entre diferentes facções ganharam força, uma vez que grupos rivais foram alocados na mesma região. O agravamento das violências sociais foi resultado do descaso frente aos direitos da população. Neste período de instalação da UHE Belo Monte, além de se tornar o epicentro do desmatamento na região amazônica, Altamira tornou-se também a cidade mais violenta da Amazônia (Brum, 2019).

Nota-se que diferentes iniciativas de colonização na história do município não foram acompanhadas por planejamentos de desenvolvimento que preveem bem-estar à população - o que fomentou conflitos sociais relacionados à ocupação intensa e descontrolada, além de agravar a crise ambiental (de Oliveira Gomes, 2003). Altamira é um município marcado por diferentes e intensas disputas de poder: o histórico de colonização, inúmeros conflitos ambientais e guerras entre facções. Os impactos da implementação de obras que alardeavam o advento de progresso, trouxe consigo uma gama de complexidade e percalços relacionados a fatores socioeconômicos e ambientais,

ocasionando mudanças sociais e espaciais no território e para sujeitos habitantes do município.

Torna-se fundamental pensar a respeito do sofrimento psíquico engendrado nos fatores socioeconômicos e ambientais. A privatização do espaço público, característica do neoliberalismo, contribui para a fragmentação social e a perda de vínculos comunitários, resultando no isolamento que pode desencadear sofrimento psíquico (Farias & Knechtel, 2019). Como observado em Altamira, a transformação do território proveniente da implementação de Belo Monte, reflete a imposição de projetos de desenvolvimento que impactam diretamente a vida das comunidades locais, gerando um profundo desequilíbrio psíquico.

A implementação da Hidrelétrica ilustra como a violência simbólica e estrutural do neoliberalismo se materializa no território e na vida da população. A disputa ambiental gerou uma situação de intenso sofrimento para pessoas que perderam suas casas, comunidades e tiveram seus modos de vida afetados pelas mudanças, instaurando um processo traumático. A reterritorialização forçada de comunidades tradicionais, a degradação ambiental e a precarização das condições de existência desses grupos são elementos que contribuem para o sofrimento psíquico. Somado a isso, o desamparo de um Estado que priva a população de acolhimento necessário, potencializa o impacto traumático da violência imposta pelo projeto, evidenciando a negligência das dimensões subjetivas no planejamento e execução de empreendimentos de grande escala.

A violência do Estado vivenciada pela população que sucumbe nessas zonas de sacrifício se manifesta não apenas nas condições precárias de existência impostas às comunidades desalojadas, mas também na negação de seus direitos, na degradação do ambiente que lhes sustentava e na expropriação do seu lugar.

O entendimento a respeito de zonas de sacrifício nos leva a pensar que, nessas zonas há vidas que são desvalorizadas em detrimento de outras e que, por isso, estão na mira da morte – tema que será abordado a seguir.

1.3- Na alta mira: vidas à mercê de violências

Magid Mauad foi assassinado no dia 02/10/2017, aos 22 anos, época em que cursava o sexto semestre do curso de Geografia no Campus Altamira da Universidade Federal do Pará. A família Mauad, de origem libanesa, foi uma das que chegaram a Altamira na época do governo de regime militar, e persuadidos pela narrativa de progresso, apostaram na expectativa de que ali prosperariam. Na época em que Magid foi assassinado, sua mãe, Málaque Mauad, trabalhava fabricando e vendendo salgados. Segundo ela, no último almoço juntos, o filho, que na época se aproximava do final da graduação, compartilhou a ideia que tinha de criar um cursinho popular pré-vestibular para contribuir com o acesso da população dos RUCs ao ensino superior (Brum, 2017).

Contudo, naquele mesmo dia, Magid foi assassinado no RUC São Joaquim. Estavam com ele Paulo Bezerra e Claudiney Almeida, dois amigos que também foram mortos no mesmo crime. Os rapazes foram confundidos com rivais de uma facção envolvida com tráfico e assaltos que dominava a região. A partir de suas mortes, surgiram suspeitas de envolvimento dos rapazes com a criminalidade e de que os assassinatos seriam uma represália a essa suposta relação (Brum, 2017).

O cenário descrito permite refletir sobre as diversas violências que atingem a população que vive na zona de sacrifício, vidas desvalorizadas em detrimento de outras. Vinculamos, então, a compreensão de zona de sacrifício ao conceito de vida precária apresentado por Judith Butler (2019), conceito fundamental para a compreensão das

dinâmicas políticas e éticas que permeiam as relações humanas. Segundo Butler (2019), vida precária refere-se à condição de vulnerabilidade inerente à existência humana, na qual os sujeitos estão constantemente expostos à possibilidade de violência e agressão por parte de outros indivíduos. Para a autora, a violência é uma manifestação extrema da precariedade da vida, uma forma de expor, de maneira aterrorizante, a vulnerabilidade humana diante de outros seres humanos (Butler, 2019).

Discute-se, então a respeito do valor dado à vida. Precarizar ou negar o acesso aos direitos básicos é uma maneira de desvalorizar a existência de determinada população. Nesse sentido, as vidas desvalorizadas não são apenas aquelas dos rapazes assassinados, mas também da população reterritorializada sem qualquer planejamento – submetida à uma realidade que envolve inúmeras precariedades. Há um intercruzamento de violências: as mortes reais (ou seja, os assassinatos) e as mortes simbólicas (o estado de marginalização ao qual a população é submetida).

A partir de Butler (2019) apreendemos que a violência não apenas viola e ameaça a vida do outro, mas também revela a interdependência existente entre os sujeitos, evidenciando que todas as vidas estão intrinsecamente ligadas entre si. Assim, a violência não é apenas um ato isolado, mas uma expressão das relações complexas de poder e interconexão que permeiam a sociedade e os impactos nas vidas precárias são profundos e abrangentes. Além das consequências imediatas da violência física, como no caso de assassinatos, há ainda a violência relacionada ao não reconhecimento do valor da vida.

A partir da Psicanálise, por vezes, o uso do termo violência pode parecer confuso e impreciso, mas apesar da pluralidade da questão, é importante partirmos de algum lugar que estrutura a apreensão do assunto. Assim: “em termos gerais, é possível definir a

violência como sendo o exercício de um poder ou de uma força sobre um outro, contra sua vontade e sem seu consentimento” (Silva Junior & Besset, 2010, p.324)

A violência emerge quando há rupturas ou falhas no laço, refletindo uma desarticulação entre o sujeito e o Outro, marcada pela impossibilidade de simbolizar experiências de exclusão, marginalização e perda de reconhecimento (Bispo, 2015). A violência, portanto, não se configura apenas como uma ruptura do laço social, mas é também uma manifestação sintomática que aponta para falhas na capacidade de mediar o desejo e o gozo dentro das normas sociais.

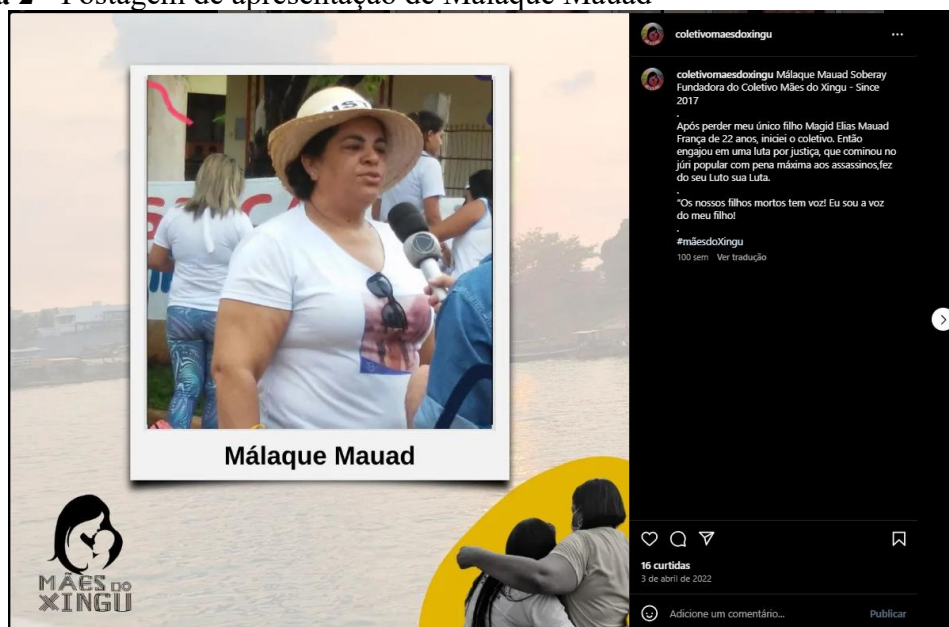
Diante de cenários assim, Safatle (2017) conceituou como melancolização do poder para descrever a inatividade da capacidade de imaginação política na sociedade afetada por injustiças. A perda de perspectivas de futuro, a sensação de impotência diante das forças dominantes e a falta de reconhecimento de suas vivências contribuem para a intensificação do sofrimento psicológico da população. Porém, há situações que frente ao desamparo do Estado, constroem-se alguns modos de lidar que pode se manifestar na crueldade e no crime. A reivindicação de um lugar de direito, por exemplo, pode eclodir em atos públicos e coletivos de protesto.

É justamente na reconstrução e no fortalecimento dos laços sociais que reside a possibilidade de enfrentar e ressignificar os efeitos da violência. A Psicanálise sugere que é através da reinserção do sujeito na trama discursiva, do reconhecimento do seu lugar simbólico e da restauração das funções de mediação, que se pode minimizar a repetição de atos violentos e promover novas formas de subjetivação e integração social (Bispo, 2015). Assim, o laço social não apenas abriga as manifestações de violência, mas oferece, simultaneamente, um espaço de ressignificação e potencial transformação das subjetividades afetadas.

Altamira ilustra esta realidade. Dada as frequentes violências ocorridas no município, uma comoção envolveu o lugar nos dias seguintes ao triplo homicídio dos rapazes, servindo de força motriz para manifestações públicas em busca de justiça. Dali em diante, Málaque Mauad (a mãe de Magid) passou a organizar frequentes passeatas promovendo visibilidade ao caso, para que os procedimentos legais de justiça não enfrentassem morosidade e descaso judicial. Com o passar do tempo o movimento tomou forma e expressividade. Málaque se juntou a outras mães da região que tiveram seus filhos assassinados e, indignadas com as violências no território, organizaram o Coletivo Mães do Xingu – personagem principal da escrita desta dissertação.

A Figura 2 é uma postagem do Coletivo no Instagram. Na imagem, uma foto de Málaque em uma reportagem sobre o caso do triplo homicídio. Na legenda, Málaque se apresenta, reforçando a sua função no Coletivo e destacando o seu engajamento na luta por justiça.

Figura 2 - Postagem de apresentação de Málaque Mauad



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (05/04/2021). Instagram.

<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Na legenda da postagem está o texto: “Málaque Mauad Soberay. Fundadora do Coletivo Mães do Xingu - Since 2017. Após perder meu único filho Magid Elias Mauad França de 22 anos, iniciei o coletivo. Então engajou em uma luta por justiça, que cominou no júri popular com pena máxima aos assassinos, fez do seu Luto sua Luta. ‘Os nossos filhos mortos tem voz! Eu sou a voz do meu filho!’ #mãesdoXingu” (sic). Postagem no dia 05/04/2021.

Na figura 3, Nágida Gomes se apresenta como uma mãe que a partir do assassinato de seu filho, juntamente com Málaque, se uniu para organizar o Coletivo Mães do Xingu. Seu engajamento se dá em busca de justiça pelo assassinato do filho. Segundo Nágida Gomes, as circunstâncias da morte de seu filho, Artur Teixeira, envolvem alegações de que o pai de uma ex-namorada de Artur teria sido o responsável pelos tiros que o atingiram. O crime ocorreu na Rua João Besouro, em Altamira, em 1º de abril de 2017. Nágida foi em busca de provas, incluindo áudios e imagens do dia do crime, chegando a encontrar uma testemunha que teria indicado a identidade do assassino. Contudo, a investigação não avançou de maneira significativa. Adicionalmente, policiais acusaram Artur de ter participado de um assalto próximo ao local onde foi morto e levantaram a hipótese de que sua morte poderia estar relacionada a um acerto de contas devido ao envolvimento dele com drogas. Essas alegações, no entanto, não foram comprovadas.

Figura 3 - Postagem de apresentação de Nagida Gomes



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (05/04/2021). Instagram.

<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Na legenda da postagem está o texto: “A que uma mulher guerreira e sempre com uma boa e esperançosa perspectiva de vida, onde nascida e criada na cidade de Altamira-PA, de família de classe média, onde com apenas 18 anos de idade já era funcionária pública do município na área da saúde, Nagida Gomes teve uma união estável com um dos ícones da política, na região de Altamira, Ademar Teixeira que tinha uma diferença de idade de 25 anos a mais que ela, e com o passar do tempo, recebemos o resultado de que um serzinho estava a caminho, foi exatamente em 22/02/1999 as 14:21hs que tivemos o grande prazer em receber Artur Teixeira, foi uma alegria e felicidades pra todos nós, que a partir daquele dia vivemos somente em pro da vida da educação e do bem estar de Artur, que por sua vez era o único filho do casal, Nagida Gomes por ser funcionária pública na área da saúde não media esforços para ajudar ao próximo na companhia de Ademar Teixeira e demais pessoas em que os acompanhava com o trabalho social aos mais necessitados, com o passar do tempo, o pai de seu filho Artur, por consequência de um

AVC veio a falecer em julho de 2014, foi aí que Nagida teve que assumir sozinha o papel de pai e mãe de um jovem, Artuzinho como era conhecido querido por muitos naquela cidade, foi assassinado em 2017 e desde então iniciou a luta de Nagida Gomes por justiça pela morte de seu único filho, já em outubro do mesmo ano, Nagida fica sabendo de um triplo homicídio que teria acontecido na cidade, e a mãe de um dos jovens deu uma entrevista sobre o caso e lançou o desafio para que outras mães assim como ela estava passando pela mesma dor, Foi aí que Nagida e Malaque Mauad, traçaram o objetivo de luta por justiça pela morte dos seus filhos, e decidiram unir forças com outras mães, vindo a surgir o Coletivo de Mães do Xingu, Nagida resolveu mudar-se para o estado de Goiás e dar continuidade a sua faculdade, hoje quase bacharel no curso de direito (advogada), Nagida Gomes ainda luta por justiça pelo assassinato de seu filho. Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más. Eclesiastes 12:14”

Nágida chegou a declarar em uma reportagem para Leilane Menezes do jornal Metrôpoles: “Quando uma delegacia não apura, o Estado nos violenta também, não cumpre seu papel, nos tortura” (Menezes, 2018).

A apresentação feita por Nágida no Insagram do Coletivo traz significantes importantes como violência e justiça. O caso revela deficiências sistêmicas na aplicação da justiça e os impactos sociais e psicológicos gerados a partir do cenário de violências que inclui não apenas a perda trágica e brutal de seu filho mas também a negligência institucional que se seguiu. A recusa ou ineficácia da polícia em prosseguir com as investigações representa uma falha no dever do Estado de proteger seus cidadãos e garantir a justiça. Esta inação não apenas perpetua a impunidade, mas também inflige uma nova camada de sofrimento às famílias das vítimas, exacerbando traumas já profundos – o que Nágida define como uma forma de tortura.

O engajamento de Nágida no Coletivo evidencia a busca por justiça coletiva e o desejo de transformar o luto em uma luta por mudanças estruturais. O caso ilustra como investigações policiais podem ser prejudicadas por preconceitos e estigmatizações – reviolentando as vítimas.

A persistente ausência de respostas e a falta de resolução do caso não apenas agravam o sofrimento de Nágida, mas também destacam a necessidade urgente de reformas no sistema de justiça criminal brasileiro. A ineficiência e a morosidade das investigações, associadas ao histórico de desconfiança nas instituições policiais, sublinham a importância da reestruturação que inclua maior transparência, responsabilização e sensibilidade na condução dos casos de homicídio.

As histórias de Málaque e Nágida demonstram as consequências devastadoras da violência e da injustiça. As experiências vividas por essas mães fazem refletir a respeito da necessidade de um compromisso renovado do Estado com a proteção dos direitos humanos e a garantia de justiça para todas as vítimas de violência. A realidade de violências e perdas interligadas nos faz pensar acerca do processo de luto e como eles se processam e produzem efeito no laço social – tema que iremos analisar no próximo capítulo.

Capítulo II: Luto e laço social

Uma das muitas crueldades da morte é soar evitável, condenar os sobreviventes a permanecer estagnados, refazendo mentalmente as últimas condutas numa espécie de máquina do tempo insistente e ineficaz que ao mesmo tempo em que tenta destecer o passado vai moendo na outra ponta qualquer tipo de futuro. (Carrara, 2021)

Perdas importantes, como a morte de pessoas queridas, são eventos que marcam de maneira significativa o cotidiano. Quando se perde uma pessoa com quem se possui laços afetivos valiosos, instaura-se um estado de pesar, devido às mudanças que essa experiência pode ocasionar. Novos significantes surgem para expressar o novo status que as perdas geram.

A morte de alguém querido não é apenas uma perda objetiva, mas se entrelaça a uma rede de perdas simbólicas. Perder alguém é também rever planos, sonhos e o lugar que se ocupava para esse alguém. Não há palavras que marquem todos os tipos de perdas e as implicações sociais provenientes. Nomeamos expatriados, pessoas que deixam seu país e cultura para viver em um lugar estrangeiro. O falecimento de um cônjuge inaugura o estado da viuvez. A perda do pai, da mãe ou de ambos faz com que os filhos e filhas fiquem órfãos. No laço social essas são algumas condições de perda que podem nos dar pistas de um emaranhado de sofrimento. Porém, em nosso vocabulário falta palavra que denote a condição social que se rompe pela perda de um filho ou filha. Que lugar ocupa quem perde seu rebento?

A epígrafe deste capítulo ilustra de maneira literária como a morte abrupta e inesperada é um evento profundamente traumático que desafia a capacidade humana de lidar com o luto. O pequeno trecho esboça como a morte, especialmente quando parece evitável, é capaz de instaurar um abalo emocional nos sujeitos enredados nessa perda.

Tomando como referência os aspectos sociais que enlaçam as mortes e as perdas, busca-se neste capítulo compreender o processo de luto no laço social, considerando o contexto de violência e injustiça. Inicialmente, será discutido o conceito de luto segundo a Psicanálise, com ênfase na teoria freudiana sobre o trabalho de luto, a desvinculação libidinal do objeto perdido e a elaboração da perda para a reintegração do sujeito. Em seguida, abordaremos a experiência do luto no cenário de violência, com enfoque em como a morte violenta intensifica e desorganiza o processo de luto ao introduzir elementos traumáticos. Serão discutidas as implicações psíquicas da violência, a dificuldade de elaboração do luto e os impactos a longo prazo na psique das/os enlutadas/os. Posteriormente, trataremos do enredamento do luto e do laço social, destacando como a experiência do luto é mediada pelas relações sociais e culturais. Por fim, será discutida a importância dos laços sociais na elaboração do luto e o papel crucial da comunidade e dos rituais na (re)integração do enlutado no laço social.

2.1- O trabalho de luto à luz da Psicanálise

Duas semanas após a morte de seu filho, Málaque, a mãe que deu início ao Coletivo, concedeu uma entrevista à jornalista Eliane Brum, publicada no periódico *El País*. A reportagem abordava o aumento da violência em Altamira a partir da construção da Usina de Belo Monte. A jornalista descreve episódios de violência na região e, dentre os casos, relata o assassinato de Magid e seus amigos com base na narrativa de Málaque.

Ainda enlutada pela perda de seu filho, Málaque relata que, na manhã do dia em que o rapaz foi assassinado, Magid saiu de casa para ir ao estágio e, naquela mesma data, abriria uma conta bancária para receber o seu primeiro salário (Brum, 2017). Seria um dia comum na rotina familiar, mas, após o jantar, Magid saiu de casa e, sem que ela soubesse, foi a última vez que Málaque viu o filho vivo.

Foi a última vez que eu vi meu filho vivo. Era umas 9h40 da noite. Passou uns 20, 25 minutos e minha filha mais velha ligou: “Mãe, a senhora precisa ser forte”. Mas, com uma voz, assim, desesperada. “O que foi?” E ela: “Mãe, mataram o Magid”. [*Málaque, mãe de Magid, em entrevista à Eliane Brum*] (Brum, 2017).

À época do crime Magid estava com 22 anos e cursava Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA). O rapaz tinha ido acompanhar um amigo que vivia no reassentamento coletivo São Joaquim e, ao chegarem lá, 4 homens que os confundiram com rivais de território atiraram - Magid faleceu ali onde estava, após ser baleado 3 vezes. Seu amigo faleceu a poucos metros de distância, baleado 16 vezes (Lemos, 2018). Málaque, aos 47 anos, de maneira repentina e avassaladora, precisou lidar com a morte do filho.

Lidar com a morte no decorrer da vida é inevitável, uma vez que somos todos mortais. Ao imaginarmos o ciclo comum da existência humana, cogitamos que em algum momento perderemos nossos pais, alguma figura de referência ou alguma pessoa por quem temos grande apreço. Por isso, é razoável pensarmos que o processo de luto pode acometer a todo e qualquer ser humano em algum momento mais cedo ou mais tarde. A partir da percepção da perda de alguém ou algo considerado importante, é comum que o indivíduo se defronte com os mais diferentes afetos (Dunker, 2023). Tristeza, solidão, desespero, raiva, revolta e frustração podem surgir a quem se encontra com o vazio ocasionado pela perda. No encontro com a morte, algo se perde e é necessário trabalho e tempo para que seja possível se reestabelecer psiquicamente (Dunker, 2023). Frente à inevitabilidade desse encontro, a discussão a respeito do luto está sempre em voga e requer uma compreensão interdisciplinar.

Sendo o luto tão intrínseco à humanidade, Freud, por vezes se dispôs a pensar e discutir a respeito desta que é uma experiência recorrente ao gênero humano. Atravessado pela realidade de guerras, doenças e perdas de entes queridos, a temática se tornou frequente em seus escritos. *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915), *Sobre a transitoriedade* (1916), *Inibição, sintoma e angústia* (1926) são alguns exemplos de textos em que o autor discute a respeito do assunto, contudo, *Luto e Melancolia* (1917 [1915]) é certamente a sua obra mais conhecida a respeito de tema.

Ao se propor a discutir o assunto, Freud (1917 [2010]) parte da compreensão de que o luto é caracterizado como trabalho de elaboração a partir da perda de um objeto, e que envolve a retirada da libido desse objeto para, finalmente, investi-la em um novo objeto. Essa percepção abarca ainda o entendimento de que o período de luto se trata de um processo lento e penoso, desencadeado não necessariamente apenas a partir de mortes, mas também perdas importantes no aspecto simbólico que atravessa aspectos individuais e sociais (Freud, 1917 [2010]).

Ao se propor interpretar e discutir os textos freudianos, Lacan também argumentou acerca do luto. Em *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação* (1958-1959 [2016]) Lacan ratifica o entendimento de Freud a respeito da necessidade de tempo no processo de luto para que seja possível o sujeito simbolizar a perda. Na perda do objeto amado há algo de intolerável - e não diz respeito à nossa própria morte exatamente, porque não temos o registro dessa experiência (Lacan, 1958-1959 [2016]). A dimensão intolerável é tida a partir da morte de um outro essencial a nós. Diferentemente da castração, que é uma falta no campo simbólico, a perda de alguém importante traz ao sujeito uma privação, um buraco no real (Lacan, 1958-1959 [2016]).

Essa perda dolorosa e intolerável é notória nos depoimentos de outras mães. Vilma Cardozo, uma das mães engajadas no Coletivo, narra a respeito da sua experiência de luto em um vídeo publicado no Instagram do Coletivo no dia 09 de maio de 2020. No vídeo, emocionada, Vilma diz:

“Eu me chamo Vilma Cardozo, aqui de Altamira no Pará, faço parte do grupo mães do Xingu. Entrei nessa luta assim como muitas mães. Infelizmente eu perdi o meu filho Rotterdam Dias em 08 de agosto de 2017. A gente estamos (*sic*) fazendo um relato de como é a vida de uma mãe depois de perder o seu filho. Eu continuo trabalhando a gente segue tentando seguir, mas só quem é mãe pra saber que nunca mais a vida continua a mesma. Eu acho que a começar vendo pelos olhos inchados e pelas olheiras que para mim hoje, tá com quase três anos que eu perdi o meu filho, mas para mim até hoje fica muito difícil tocar nesse assunto. Só quem é mãe consegue entender exatamente o que eu estou sentindo, o que é esse vazio que uma mãe sente quando perde o seu filho.” [*Depoimento de Vilma Cardozo disponível em vídeo no Instagram @maesdoxingu*] (Instagram, 2020).

Em seu relato, Vilma conta sobre a sua experiência e destaca as marcas em seu corpo que considera ser sinais do seu sofrimento, como as olheiras e o inchaço nos olhos por chorar pela morte de seu filho. O ato de chorar é uma resposta que pode ser compreendida socialmente como manifestação de tristeza e, nesses casos de enlutamento, uma forma de expressar a perda. Porém, para além de expressar a dor e o sofrimento por meio do choro, não é incomum que o corpo seja palco de expressões somáticas resultantes do sofrimento psíquico vivido durante o luto (Marucco, 2017).

Vilma também perdeu seu filho em 2017. Com apenas 21 anos, Roterdan foi fatalmente baleado por dois homens que dispararam 14 tiros contra ele quando chegava

em casa. O crime é mais um trágico exemplo da violência urbana que afeta aquelas comunidades e aconteceu no Conjunto Habitacional Santa Benedita – criado pelo programa “Minha casa, minha vida”. O corpo foi encontrado a poucos metros da casa que estava construindo nos fundos de um terreno, um detalhe que ressalta a proximidade do crime com sua vida cotidiana e seus esforços para estabelecer um futuro. Para os policiais responsáveis por atender o chamado, o caso seria investigado mas logo sugeriram que a morte possivelmente estaria ligada a um suposto envolvimento de Roterdan com atividades ilícitas. Para Vilma, a mãe que perdeu o filho assassinado, restou o luto pela perda importante que enfrentara.

Em postagens nas suas redes sociais, entre fotografias que mostra seus familiares e seu trabalho como salgadeira, Málaque, por vezes, faz referência à saudade e a dor durante seu processo de luto. São montagens com a imagem do filho, marcando mais um mês de sua morte, ou pedindo por justiça. Em uma dessas postagens, no dia 29 de março de 2019, há uma montagem com a imagem em preto e branco com uma rosa e os dizeres “A dor de um luto não tem prazo de validade. A dor da perda de quem se ama é eterna. Como dói sentir”. Na legenda do post, acrescenta “Magid Mauad saudades” e um emoji de coração partido. Já em outra postagem, no dia 31 de maio de 2019, Málaque veste uma blusa estampada com uma foto sua e de Magid e acrescenta na legenda da postagem, “serei tua voz sempre! Justiça é o meu maior desejo. Magid presente!”.

Os relatos de Vilma e Málaque retratam a perspectiva profundamente humana sobre o luto, especialmente em contextos de perda violenta e injusta. A injustiça se demonstra por meio da violação do direito à vida - direito humano protegido por convenções internacionais e constituições nacionais. Além disso, a crueldade envolvida nas execuções, a impunidade e a falta de responsabilização são fatores adicionais que agravam a injustiça de uma morte violenta.

Analisando esses relatos à luz da Psicanálise, podemos apreender acerca da complexidade do processo. Passaram-se se anos das perdas de seus filhos, mas Vilma e Málaque falam de uma dor contínua e persistente, o que parece refletir a dificuldade de desvinculação descrita por Freud (1917[2010]) onde o objeto amado continua a ocupar um espaço significativo na mente do enlutado.

Sob outro vértice, a busca por justiça é também tema central nas postagens de Málaque, onde expressa o desejo de ser a voz de seu filho e obter justiça. Essa busca pode ser compreendida como uma forma de manter o laço simbólico com o ente perdido. Lacan (1958-1959 [2016]) sugere que o sujeito tenta dar sentido ao Real traumático através da linguagem e dos atos simbólicos. A demanda por justiça é, portanto, uma tentativa de dar significado à perda e a transformar o sofrimento em ação. Essa demanda por justiça, enreda-se às ritualísticas que marcam o tempo desde a morte dos rapazes, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4 - Convite para Live luto e os seus desafios



Nota: Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (30/09/2020). Facebook.
https://www.facebook.com/maesdoxingu/?locale=pt_BR

^a O evento anunciado aconteceu para marcar os três anos do triplo homicídio que vitimou Magid, Claudinei e Paulo Ricardo e teve a participação das mães e uma das irmãs dos rapazes que compartilharam a respeito da dor, saudade e desafios do luto.

Lacan aponta a relevância dos rituais fúnebres para o processo de luto, uma vez que, por meio desses rituais é possível fazer borda ao buraco instaurado pela morte (Lacan, 1958-1959 [2016]). Entende-se que a ritualística diz respeito a um conjunto de formalidades imbuídas por tradições comunitárias que adquirem um valor simbólico (Ariès, 2003). Na cultura ocidental, facilmente nos deparamos com diversas ritualísticas fúnebres para evidenciar a morte de alguém - desde eventos funerários, cortejos, cerimônias de enterro ou cremação e celebrações em memória da pessoa que faleceu.

A ritualística fúnebre inaugura um certo tipo de reconhecimento social da perda. De certa maneira, as homenagens póstumas prestadas aos rapazes ultrapassaram o que é compreendido como os rituais fúnebres em si, envolvendo também os protestos que, além de buscar visibilidade ao ocorrido, também se constituem como momentos de homenagear os jovens assassinados. Tais eventos podem ser compreendidos como uma possibilidade de elaborar o trabalho de luto em foro íntimo, pessoal, mas também coletivo e comunitário. É na intersecção entre o íntimo e o coletivo que o trabalho de luto é elaborado, em resposta à desordem causada por uma perda significativa.

O luto de mães que perderam seus filhos em contextos de violência é uma experiência marcada por uma profunda e intensa dor, muitas vezes perpassada por sentimento de indignação, impotência e revolta. A natureza abrupta e injusta dessas perdas pode resultar em um processo de luto prolongado ou, em alguns casos, no que

Dunker (2023) caracterizou como luto infinito, por se tratar de uma incapacidade de elaborar a perda. Esse conceito de luto infinito emerge quando o sofrimento se perpetua e não encontra resolução simbólica, especialmente diante de um contexto social e político que frequentemente desumaniza as vítimas e desconsidera a dor das mães, reforçando um estado de luto que parece nunca ter fim (Dunker, 2023).

Contudo, há de se considerar que o luto, mesmo diante de perdas tão dolorosas, pode ser rearticulado para se tornar um luto finito, embora a dor não desapareça por completo. O luto finito implica um processo de ressignificação da perda, em que é possível encontrar formas de lidar com a ausência, mantendo o vínculo afetivo com o objeto perdido (Dunker, 2023). No caso das Mães do Xingu, um dos caminhos possíveis para essa transformação é o engajamento em ações coletivas com outras mães que compartilham experiências similares. Esse movimento coletivo pode oferecer um espaço de acolhimento, identificação e fortalecimento, permitindo a construção de novas narrativas que legitimam a dor e, ao mesmo tempo, oferecem possibilidades de enfrentamento.

Movimentos coletivos de mães são exemplos concretos de como o luto pode ser transformado em um ato de resistência e busca por justiça. A coletividade possibilita que o luto, antes fragmentado e isolado, ganhe uma dimensão social e política, proporcionando um espaço de ressignificação da dor por meio da ação conjunta. Assim, o processo de luto se torna um ponto de partida para a construção de novos significados e objetivos, possibilitando a elaboração de um luto que, embora não isento de dor, é atravessado por uma esperança de transformação e justiça.

O processo de luto é essencialmente compreendido como doloroso e inevitável. Quando a perda ocorre por causas naturais, há, de alguma maneira, um senso de ordem

que, embora não elimine a dor, proporciona certo grau de aceitação. Nesse contexto, o enlutado encontra conforto em memórias de uma vida que seguiu seu curso e se apoia em narrativas culturais (como atribuir a morte ao descanso) que buscam dar sentido ao fim de um ciclo.

Em contraste, o luto por uma morte violenta é frequentemente marcado por um choque profundo e um senso de injustiça, intensificando o sofrimento (Bispo, 2015). Enquanto o luto por causas naturais tende a seguir um caminho de reconciliação com a inevitabilidade da morte, o luto por uma perda violenta é caracterizado por uma luta contínua contra a injustiça e os traumas impostos pela violência. A violência interrompe a vida de maneira abrupta, instaurando vazios de ordem traumática. A imprevisibilidade e a brutalidade da perda violenta, trazem em seu cerne a sensação de desordem, gerando afetos relacionados à culpa, raiva e injustiça. É, portanto, importante, discutir a respeito do luto em cenários de morte violenta.

2.2- Luto e violência: a condição traumática e os arranjos possíveis

A morte de pessoas jovens choca por ir de encontro ao que seria compreendido como um ciclo biológico, podendo acarretar sofrimento a partir de sentimentos de tristeza, frustração, impotência e angústia (Alarcão, Carvalho & Pelloso, 2008). No núcleo familiar não é comum conjecturar que os integrantes mais jovens terão uma vida mais curta em comparação aos mais velhos (Alarcão *et al.*, 2008). Casos de morte de pessoas jovens em cenário de violência, podem ser especialmente penosos. Mortes repentinas tendem a gerar um percurso difícil de luto dado o súbito da perda, podendo se tornar um luto complicado (Dunker, 2023).

O sofrimento proveniente da perda de um objeto amado afeta a compreensão da própria subjetividade. A perda de um objeto de amor desbota a imagem de si (Dunker,

2023). Uma mãe que perde um filho, se vê às voltas sem aquele que corrobora para seu lugar e função social de mãe. Mães que vivenciam a morte de filhos em circunstâncias de homicídio, tendem a nutrir a demanda pelo reconhecimento social da injustiça, buscando punição aos responsáveis por sua perda (Alarcão *et al.*, 2008). Seriam casos em que apenas ritualística fúnebre não seriam suficientes em resposta à perda do objeto amado, reivindicando o reconhecimento por meio da Justiça.

Cabe então refletir a respeito de contextos que envolvem um encadeamento de perdas e violências. Nas circunstâncias em que Magid e seus amigos foram assassinados, ocorria em Altamira a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A desigualdade principalmente na zona urbana de Altamira tomou níveis dramáticos a partir da imposição da construção da hidrelétrica (Brum, 2017). Vidas morreram - fauna, flora, rios e população - e pairava um estado de enlutamento social proveniente das reverberações da construção. Não apenas comunidades originárias foram asfixiadas pela implantação da hidrelétrica, mas a comunidade mais pobre foi realocada RUC's como um dos que Magid foi assassinado (Brum, 20017).

Não é o objetivo afirmar que não existiam problemas em Altamira antes da implementação dessa que foi a maior obra do setor energético do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Brum, 2017). O município compartilhava problemas em comum com outros que estão à beira da Transamazônica mas, a obra intensificou o fluxo migratório e acentuou complicações na região (Brum, 2017). Contudo, destaca-se que é em nome do progresso, o que ocorre é um enredamento de violências que geraram perdas objetivas e simbólicas.

É possível pensar que há nessa conjuntura um entrelaçamento de várias barbaridades e de diversos lutos. O contexto do triplo homicídio se enreda ao cenário de

violência vivido pela população. O luto dessas mães não se resume à perda dos filhos, mas se articula ao luto pelas perdas simbólicas de viver em um cenário de violência. Vidas perdidas em contexto de vulnerabilidade e violência denunciam a posição fragilizada de determinadas vidas na sociedade.

Frente a tamanha vulnerabilidade e desamparo, instaura-se algo de traumático nessa conjuntura. Essas mortes, em circunstâncias violentas, podem ser consideradas traumáticas devido ao impacto profundo que causam no psiquismo do sujeito e nas relações sociais. Segundo a Psicanálise, o trauma é caracterizado por um estímulo excessivamente poderoso que perturba o equilíbrio psíquico do sujeito, gerando uma ruptura na capacidade de elaboração e processamento da experiência (Freud, 2016 [1920]). A violência associada à morte intensifica a carga emocional do evento, tornando-o difícil de ser assimilado e integrado pela psique.

Ressalta-se que a vivência do luto que se origina a partir de mortes violentas tende a ter um percurso especialmente árduo (Dunker, 2023). Butler (2019) aponta que existem vidas que, devido aos seus marcadores, são consideradas precarizadas. Ao compor esses aspectos de análise, pode-se supor que o trabalho de elaboração do luto assume função política, assim como proposto por Butler (2019) – por considerar que não houve apenas a perda de vida, mas reivindica-se os direitos anteriormente negados ao demandar o reconhecimento do lugar de cidadão.

Não é incomum, em certos contextos sociais, que famílias que vivenciam o homicídio de um de seus integrantes também encarem outras violências sociais, econômicas, institucionais e, até mesmo, a inacessibilidade a informações e autoridades que lhe auxiliem frente às repercussões das violências e perdas. Nos cenários em que as vítimas de disputa de facções ou de violência de Estado são pessoas negras e/ou

periféricas, o direito ao luto é negado por se inferir que as vítimas são supostos culpados, sendo a morte um evento de menor importância (Bispo, 2015). Assim, o reconhecimento social da perda se torna um direito negado.

“Que Estado é esse? Que governo é esse que não se preocupa com a dor de uma pessoa? E aí eu estava lá, sentada, porque, mesmo que seja angustiante, eu não quero pular nenhuma fase. Não quero me dopar de remédios. Eu não quero, sabe, me isolar. Não quero. Eu quero continuar a caminhada, porque ele ia gostar disso. E ele está me dando forças pra isso. Aí: “Como é que preenche mesmo isso aqui? Mas isso aqui não sei o quê. Mas tá preenchendo o de quem? É de fulano ou de fulano? Ah! Mas não tem caneta preta. Ah! Mas não tem caneta azul. A internet caiu. Ah! Não tem papel....”. Aí, você tenta ser uma pessoa espiritualizada e serena, né, mesmo diante de todas as adversidades. Mas tive que dizer: “Quanto tempo eu ainda preciso esperar pra pegar meu filho? Porque eu preciso cuidar dele. Eu preciso arrumar. Eu preciso colocar dentro de uma urna. Meu filho era muito vaidoso... Vocês não estão entendendo a dor da gente, não?”. Estávamos eu e os parentes dos outros dois meninos. “Vocês não estão vendo que a gente está aqui desde ontem sem dormir?” Aí, ela (a funcionária do IML) falou: “É porque encontraram uma chave no bolso do seu filho”. E eu: “É a chave de casa. Você vai encontrar a chave, você vai encontrar a habilitação dele, você vai encontrar carteira de estudante....”. E ela: “É, mas eu preciso fazer um documento”. E eu falei: “O que está faltando pra você fazer o documento de entrega? Porque eu acredito que deve ter um modelo aí, que só vai trocar nome, data e vai acrescentar os itens, né” [*Málaque, mãe de Magid, em entrevista à Eliane Brum*] (Brum, 2017).

Há neste contexto, na fala de Málaque, algo de devastador que extrapola a percepção da perda em si. Esse excesso engloba o contexto da perda, a conjuntura violenta. O sofrimento é intensificado pela brutalidade da ruptura inesperada e essas mães se veem em circunstâncias que envolvem tristeza, raiva, incredulidade e a busca por justiça. A notificação da morte abrupta e violenta irrompe brutalmente o cotidiano e a vida dessas mulheres, deixando um vazio irreparável e persistente.

A violência extrema afeta o tecido social e a capacidade das pessoas de elaborarem o luto, não apenas pela destruição da vida, mas forçando alguma reconfiguração nas relações sociais, estruturas de significado e no cotidiano (Das, 2020). Essa realidade desestabiliza as formas habituais de entender e processar a perda, uma vez que a violência não apenas causa a morte, mas também atinge o núcleo das relações sociais, abala a confiança, o sentido de segurança e a continuidade da vida comunitária.

Além da tristeza, o luto dessas mães é permeado por sentimento de raiva e injustiça. As violências que ceifaram a vida de seus filhos não é apenas uma tragédia pessoal, mas também reflexo de falhas sociais e sistêmicas. A busca por justiça é tomada como uma jornada dolorosa, muitas vezes enfrentando obstáculos burocráticos e a indiferença institucional. Esse processo de luta pela responsabilização dos culpados e pelo reconhecimento do valor da vida perdida torna o luto ainda mais complexo e prolongado.

Para quem teve seu objeto amado vítima de injustiça, o processo de luto é interligado aos aspectos legais (Alarcão *et al.*, 2008). Há um elemento de injustiça onde o Estado é localizado seja como autor ou co-autor do crime ao se furtar de suas responsabilidades, seja por não proteger a população, pela falta de suporte aos familiares ou na execução da punição aos assassinos.

É a partir do entendimento de que o trabalho de luto tende a ser um processo profundamente doloroso, que consideramos que no contexto de morte violenta o processo pode ser agravado pelo descaso do Estado, tornando-se uma experiência traumática, devastadora e desumanizante. Essa experiência gera implicações psíquicas aos sujeitos que se veem frente ao desamparo, podendo impactar diretamente no processo de elaboração do luto.

No trecho reproduzido anteriormente, Málaque narra sua experiência que ilustra as camadas adicionais de sofrimento que emergem quando a burocracia estatal falha em oferecer o mínimo de compaixão e eficiência em momentos de extrema vulnerabilidade. Os familiares são confrontados com a ineficácia de um sistema que deveria ampará-los, mas falhou desde muito antes: na inabilidade da segurança pública que deveria protegê-los, e no acesso ao serviço para a liberação dos corpos.

As narrativas das mães também apontam para a ineficiência e desumanidade do aparato estatal diante do sofrimento dos cidadãos. Em momentos de luto, espera-se que as instituições ofereçam suporte e facilitem os processos necessários para que as famílias possam se despedir de seus entes queridos com dignidade. No entanto, a realidade muitas vezes se mostra cruelmente diferente.

A burocracia prolongada faz transparecer a insensibilidade representada pela falta de organização, a ausência de materiais básicos e a falta de cuidados dos funcionários é capaz de transformar a experiência do luto em um processo mais árduo e penoso. Málaque, ao relatar os obstáculos enfrentados para liberar o corpo do filho, evidencia o quão desumanizador pode ser o sistema. Essas mães não apenas têm que lidar com a perda, mas também com a frustração de um processo que parece ignorar sua dor.

A partir da Psicanálise entende-se que o luto é um trabalho intenso. Perder alguém um objeto de amor significa perder algo importante de si. Quando o Estado falha em proporcionar um ambiente que permita a expressão plena do luto, engendra-se uma condição traumática. Ao se depararem com a indiferença burocrática, são forçadas a assumir uma postura combativa mesmo diante de tamanho sofrimento.

O Estado tem um papel crucial na proteção e apoio aos cidadãos, especialmente em momentos de vulnerabilidade extrema, como a perda de um ente querido em um contexto de tamanha violência (Almeida, 2021). É essencial que os processos administrativos sejam conduzidos com eficiência e sensibilidade, visando minimizar o sofrimento adicional que a burocracia pode causar.

A fala de Málaque nos faz pensar sobre a urgência de políticas públicas que humanizem esses processos. A criação de protocolos que garantam o respeito e a dignidade das famílias enlutadas não é apenas uma questão de eficiência, mas de justiça e humanidade. O cenário de uma morte atroz introduz uma a necessidade de encontrar maneiras de reconstituir-se em âmbito particular e público (Almeida, 2021). Para as mães citadas aqui, no processo de elaboração da perda pessoal e na busca por reconhecimento que ultrapasse a esfera do particular, surge a possibilidade de tornar-se um elo no laço social.

2.3- O luto no laço social e os campos público e privado

O luto é uma experiência profundamente pessoal e, simultaneamente, um fenômeno social. Na Psicanálise, especialmente nos trabalhos de Freud e Lacan, ele é compreendido como um processo essencial na vida humana, que envolve a elaboração da perda. Esse processo, entretanto, está intrinsecamente ligado aos laços sociais que sustentam e conectam os sujeitos. A integração desses conceitos proporciona uma

compreensão valiosa sobre como o luto é vivido, estruturado e elaborado em diferentes contextos e relações sociais.

Freud destaca, no livro *O Mal-estar na Civilização* (1930 [2010]), três fontes de sofrimento humano: o poder implacável da natureza, a fragilidade dos nossos corpos e as relações com os outros. De maneira implícita, as relações sociais e as condições de sofrimento foram abordadas ao longo deste texto, especialmente nas discussões sobre violência e luto. Assim, é pertinente aprofundar a análise sobre o laço social de forma mais categórica.

Em Psicanálise compreende-se como laço social os vínculos entre os seres humanos, sendo condição para a existência frente ao desamparo (Ceccarelli, 2009). O conceito, discutido por Lacan, a partir da releitura da obra de Freud, é fundamental na teoria psicanalítica e está relacionado à forma como os sujeitos se relacionam e se inserem na sociedade.

O laço social diz a respeito de como a estrutura social influencia profundamente na formação do sujeito. Refere-se às conexões simbólicas e emocionais que os indivíduos mantêm com os outros. Essas conexões são fundamentais na cultura. Na tentativa de superar o desamparo inerente à condição humana, faz-se laço estabelecendo vínculos afetivos por meio das relações interpessoais buscando proteção, cuidado e segurança emocional. Segundo Ceccarelli (2009) essa ilusão de proteção e cuidado frente ao desamparo mascara a fragilidade inerente à existência humana.

A perda de um ente querido não apenas inaugura um vazio emocional, mas também desestabiliza essas ligações simbólicas, exigindo uma reconfiguração dos laços sociais. O processo de luto, além de uma reconstrução interna, mas também uma espécie de renegociação do lugar do sujeito no mundo social. Por meio dessa renegociação no

laço social é possível criar narrativas de conexão, pertencimento e coletividade diante das incertezas da vida.

Sabendo que a estrutura do sujeito é formada em relação ao Outro e à linguagem, e não apenas através de processos internos e individuais, compreender o laço social é fundamental para pensar as relações entre pessoas, com a lei e, conseqüentemente, pensar também a sociedade em que se vive (Bispo, 2015). A partir da compreensão do laço social é possível apreender aspectos essenciais para entender a psicologia individual e coletiva, bem como para abordar questões sociais e políticas mais ampla (Bispo, 2015).

Em situações de violência, ocorre um esgarçamento do laço social. Quando esses laços são atacados por violências físicas, emocionais ou estruturais, o impacto é devastador. A ilusão de alguma proteção se rompe, expondo o sujeito ao desamparo (Ceccarelli, 2009). O cenário de violência compromete a confiança que sustenta as relações, gerando um ambiente de insegurança e medo. As experiências de marginalização e exclusão fragmentam e enfraquecem o laço social.

Em contrapartida, é no laço social que se encontram possibilidades de elaboração para lidar com a angústia da perda. Destaca-se a importância do suporte social produzido por esses coletivos, ao criarem um ambiente seguro para que as mães expressem seu sofrimento e compartilhem suas experiências de reconstrução subjetiva. Ao fortalecerem o laço, essas mulheres buscam lidar com o mal-estar e nomear os afetos associados à experiência vivida. Boa parte das ações do Coletivo nos fazem pensar a respeito de como se configura o laço social frente uma perda que, no primeiro momento é particular, mas que se torna comunitária.

Nessas circunstâncias, é pertinente reconhecer que a maneira como se experimenta e expressa o luto é profundamente influenciada por normas sociais, culturais

e políticas. Butler (2019) argumenta que a distinção entre o público e o privado não é rígida, mas permeável e interdependente.

No âmbito privado, o luto é uma experiência íntima, marcada por memórias pessoais, emoções e pela necessidade de reorganização psíquica. É nesse espaço que o indivíduo confronta a perda de maneira direta, enfrentando o sofrimento e buscando formas de reintegrar a ausência na continuidade de sua vida (Freud, 2010 [1917]). Contudo, há também a dimensão pública do luto. As práticas como funerais e rituais comunitários são formas de expressão coletiva que reafirmam laços sociais e culturais. Além disso, em contextos de mortes violentas, como em casos de violência e desastres naturais, o luto pode se transformar em uma força política (Butler, 2019).

É no laço social que o Coletivo se reúne, pessoalmente ou virtualmente, para compartilhar seu luto. As Figuras 5 e 6 representam convites para alguns dos atos organizados pelo Coletivo e ilustram alternativas encontradas por essas mulheres para lidar com o luto no espaço público. Na Figura 5, o ato é uma vigília por justiça; na Figura 6, o convite é para uma live com os familiares das vítimas do triplo homicídio de Magid, Claudinei e Paulo. Entre os participantes da *live* está Málaque, mãe de Magid, principal articuladora do Coletivo. Os eventos foram agendados para os primeiros dias de outubro dos anos 2020 e 2021, com o intuito de marcar mais um ano da morte dos rapazes que foram assassinados no dia 02 de outubro de 2017.

Figura 5 - Convite para Ato de vigília por Justiça



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (29/09/2021). Instagram.
<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Na legenda da postagem está o texto: “Os nossos mortos tem voz! Eu sou a voz do meu filho! Coletivo Mães do Xingu. Emoji de um coração preto e um coração vermelho quebrado.

O apoio da comunidade, a articulação das políticas públicas de assistência e as práticas culturais de luto são elementos que emolduram as vivências das perdas. Ao colocar em destaque as vivências das mães do Coletivo, observa-se que o luto, em contexto de violência, reconstitui a urgência do clamor da esfera comunitária para resistir à desintegração afetiva imposta pela violência.

À época da reportagem de Brum (2017), poucos dias após o assassinato de Magid e seus amigos, Málaque havia organizado uma manifestação contra a violência que cruzou as ruas do município pedindo paz frente às frequentes ondas de assassinatos – já que em 4 dias (entre 29 de setembro e 2 de outubro daquele ano), nove pessoas haviam sido

mortas no município. A manifestação, em resposta à violência e em homenagem a alguém assassinado não foi a primeira na história de Altamira. Em 1992, em meio a uma série de crimes brutais que ficaram conhecidos como “O caso dos meninos emasculados de Altamira”, mães das vítimas se organizaram inúmeras vezes em atos pela cidade para transformar suas perdas em casos que tivessem visibilidade para reivindicar por justiça (Lacerda, 2013).

A experiência pública e coletiva de mulheres enlutadas, organizadas em coletivos para clamar por justiça pela morte de seus filhos, revela a dimensão política do luto. Butler (2019) sugere que o luto, em vez de ser uma experiência meramente privada e despolitizadora, pode gerar um senso de comunidade. Essas mulheres, ao compartilharem suas histórias de perda e sofrimento, expõem os laços relacionais que fundamentam a existência social, e coloca em destaque a interdependência e a responsabilidade ética que envolvem o laço social. A formação de Coletivos permite que essas mulheres transformem o sofrimento e penúria em força coletiva de resistência e mobilização, evidenciando que o caráter relacional do luto e o potencial de desafiar e as estruturas sociais que perpetuam a violência e a injustiça. É justamente o caráter relacional que não deve ser ignorado, pois reflete as condições sociais fundamentais da formação e existência coletiva do sujeito.

Em contrapartida, no âmbito privado, o luto dessas mulheres é uma experiência de mumificação da memória, como descrito por Alarcão *et al.* (2008). A memória do filho perdido é preservada em um processo que busca manter viva a presença daqueles que foram arrancados abrupta e violentamente de suas vidas. Este ato de mumificá-los na memória pode ser interpretado como forma de resistir ao esquecimento e desumanização, além de garantir que os filhos sejam lembrados e reconhecidos. No espaço público essas

mães utilizam essa memória para angariar apoio e solidariedade, fazendo emergir uma demanda pública por justiça, reconhecimento e mudança social.

No âmbito público, ao se constituírem grupo e articularem ações, as mães do Coletivo ensaiam espaços de reconhecimento e validação e se engajam em ações políticas para confrontar e modificar as condições que levaram à morte de seus filhos. Nesse sentido, a experiência pública e coletiva dessas mulheres é a aliança pujante entre o luto privado e o ativismo político, que desafia as fronteiras entre o pessoal e o político, revelando a profundidade da interconexão humana e a força do luto como catalisador para a mudança social.

Quando em consequência dessas perdas pessoas se unem em grupo para *en-lutar*, se demonstra a função política do luto (Butler, 2019). O ato de viver a experiência de estar *em luto* e *em luta* se constitui como um importante desafiador das normas sociais e políticas que desvalorizam certas vidas. Quando pessoas que perderam entes queridos de maneira violenta trabalham a experiência do luto no âmbito público, reivindicam a dignidade e o respeito à memória das vidas que foram perdidas, e questionam as estruturas de poder que permitiram atos de violência. Nesse sentido, *en-lutar* transforma-se em ato de resistência e demanda por reconhecimento não apenas *no* laço social, mas por meio *do* laço social.

A partir de inquietações, o grupo, em movimento social, articula suas potências ao se organizar (De Oliveira Gomes, 2003). Por meio da união e da mobilização em torno de causas comuns, as mães encontram força, solidariedade e voz para enfrentar as injustiças, a violência e a impunidade que afetam suas vidas e de suas famílias. Esse processo de organização coletiva permite que as mães se tornem agentes de mudança e reivindicação de direitos, desafiando as estruturas de poder e demandando justiça e

dignidade (Almeida, 2021). A elaboração do luto pode ser auxiliada por atos coletivos de despedida que ultrapassam a esfera do ritual fúnebre que envolve velório, cortejo e enterro, abarcando as experiências no movimento social frente à morte violenta sendo espaço para um ato coletivo onde se é possível compartilhar o processo de despedida e a luta por justiça.

As honrarias e homenagens prestadas em memória dos mortos, são oportunidade para reafirmar não somente o caráter individual de uma perda, mas o entrelaçamento social das vidas (Rodrigues, 2021). É no coletivo que se é possível fundar um processo de reconhecimento de uma perda a nível social, uma vez que, ao compartilhar afetos e narrativas, compreende-se a realidade (Dunker, 2023).

A violência e o luto se enraizaram na vida cotidiana e tornaram-se aspectos importantes nas narrativas que uniam as mães enlutadas no âmbito público. O aspecto violento da morte atravessa o que pode ser compreendido como o luto privado, e imprime os sentimentos de injustiça e necessidade de ação. Nessa união em prol de justiça e superação, esses coletivos de mulheres buscam encontrar sentido e continuidade para suas vidas, enquanto lidam com a memória persistente da perda.

As narrativas das mães do Coletivo são alicerçadas na busca por justiça e reconhecimento. Butler (2019) argumenta que essa exposição pública pode desestabilizar as normas sociais que marginalizam certas vidas e invisibilizam certas mortes. Ao trazer suas experiências de luto para o espaço público, as enlutadas forçam a sociedade a confrontar a violência e a injustiça subjacentes, criando um movimento de resistência e solidariedade.

A solidariedade vivida no laço social desempenha um papel crucial. Os coletivos se formam oferecendo suporte emocional e organizacional, e criam um espaço para

compartilhar experiências e ações coletivas. No laço social, os sujeitos se identificam, se fortalecem e amplificam as demandas, estabelecem novas pautas e elaborações a respeito de suas histórias. É na elaboração dessas narrativas que se cria força coletiva para pressionar por justiça.

Mesmo diante das constantes violências vividas pela população, o assassinato de Magid, Claudinei e Paulo ganhou certo destaque no município. Esse destaque é relacionado à primeira mobilização organizada por Málaque, mãe de Magid. O Coletivo ainda não tinha se formado, mas uma mobilização, que foi chamada de “levante pela paz” percorreu as ruas da cidade denunciando o número crescente de assassinatos e pedindo paz no município.

A Figura 6 é uma fotografia de Lilo Clareto, repórter fotográfico do jornal El país, que acompanhou e registrou a uma mobilização juntamente com a colunista Eliane Brum.

Figura 6 - Málaque na manifestação pela paz após o assassinato de Magid



Nota. Fonte: El país (16/10/2017). “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”.
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/16/opinion/1508154788_843826.html

^a Duas semanas após o assassinato de Magid, Málaque Maud concedeu uma entrevista à Eliane Brum. Málaque narrou o episódio da morte de seu filho, denunciou o exorbitante aumento dos homicídios no município desde a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e compartilhou sua intenção em organizar um levante por justiça.

As formas de luta durante o processo de luto compartilham similaridades entre casos diferentes. Como apresentado na Introdução, o Coletivo Mães do Xingu é mais um entre outros coletivos de mães e familiares que se unem em prol de realizar denúncias sobre a violência e buscar por justiça. São diversos cenários, diversas histórias que têm padrões comuns: contextos de precariedade e violência, ausência de políticas efetivas de segurança e assistência, e o engajamento majoritariamente de mães (Almeida, 2021).

Unidas pela dor e pelo anseio por justiça, essas mulheres que se unem em coletivo fazem laço e utilizam suas histórias para atrair atenção para questões mais amplas de violência estrutural e injustiça social. Esses movimentos não buscam apenas responsabilizar os perpetradores da violência e/ou o sistema falho que permitiu que o crime acontecesse, mas também anseiam sensibilizar a sociedade sobre condições de precariedade que perpetuam as catástrofes sociais. Em laço, dão holofotes à invisibilidade cotidiana imposta pela marginalização, mostrando que meio à irreparável perda, é possível que do luto se faça luta.

Frente ao caráter coletivo do luto no laço social, é conveniente pensar como os grupos coletivos se organizam, quem os integra e quais características são recorrentes. Esses pontos serão discutidos no próximo capítulo.

Capítulo III: Gênero, maternidade e luta

Essa é uma das crueldades do mundo, você não se torna uma mulher sem filhos, você é para sempre algum tipo de mãe, porém de filho nenhum, a mãe que não deixou um filho existir. (Carrara, 2021)

A conjuntura da morte de Magid chama a atenção pela violência e pela mobilização ocorrida posteriormente. Essa tragédia, contudo, compartilha pontos em comum com outras histórias ainda recorrentes na sociedade: mulheres que tiveram seus filhos assassinados em circunstâncias violentas e que se mobilizam em coletivos para reivindicar justiça. Em comum, observa-se o gênero predominante nas organizações, composto majoritariamente por mulheres, e a maternidade, uma função social que recebe destaque nos movimentos coletivos. Esse cenário desperta inquietações que impulsionam esta pesquisa.

Na civilização, a maternidade, com as implicações emocionais, sociais e culturais, tem ocupado um lugar de destaque na vida de mulheres (Iaconelli, 2023). Na epígrafe deste capítulo, faz-se referência à maternidade como algum que ratifica a posição/função da mulher na sociedade. Ter um filho e perdê-lo pode, então, assumir dimensões profundas e complexas.

Na página do Coletivo Mães do Xingu, no Instagram, foi postada, no dia 29 de setembro de 2021, uma imagem com a mensagem: “Mães em luto. A dor da mãe que perde um filho é a maior que pode existir; é aquela que nenhum coração deveria sentir” (sic). A imagem ilustra o sentimento presente nas entrevistas e postagens das mães que perderam seus filhos, evidenciando a convicção de que o luto materno possui características singulares.

Com amparo na teoria psicanalítica intentamos nos colocar a pensar sobre essa experiência. Perder um filho pode ser um evento traumático para uma mãe, inaugurando um estado de busca por sentido e algum tipo de reparação. Essa busca, com alguma frequência, pode acontecer por meio do engajamento político, quando a luta por justiça se entrelaça ao luto e ao desejo de manter viva a memória do filho perdido. Ao buscar transformar o sofrimento em ação coletiva, a figura da mãe adquire papel simbólico de resistência por meio da reivindicação.

A questão de gênero é intrínseca a essa análise. A nossa sociedade impõe às mulheres um ideal de maternidade que valoriza o cuidado e a proteção (Iaconelli, 2023) e a perda de um filho acomete a condição materna de forma peculiar. Contudo, ao se unirem em coletivo e assumirem um engajamento político, essas mulheres fazem da maternidade uma identidade para luta e reivindicação. Ao desafiar as expectativas de aceitação ou passividade, elas, mulheres-mães, afirmam-se como protagonistas nos processos de mudanças sociais e políticas.

No contexto desses coletivos, a maternidade adquire uma dimensão especial. Esses espaços funcionam não apenas como redes de apoio afetivo, mas também como plataformas de visibilidade e mobilização. As narrativas são construídas com o objetivo de ampliar o engajamento para um projeto de transformação social, utilizando-as na busca por justiça.

Desse modo, propõe-se neste capítulo a discutir a respeito de como a perda e a experiência da maternidade se entrelaçam para impulsionar o engajamento político dessas mulheres.

3.1- Gênero em perspectiva

O debate a respeito de gênero tem ocupado um lugar central na organização da sociedade. O tema é debatido sob diferentes perspectivas – desde as mais tradicionais até

teorias mais progressistas. A partir dos estudos de gênero, alguns nomes se tornaram conhecidos, como os da filósofa Judith Butler (1956), a historiadora Joan Scott (1941), a filósofa Ângela Davis (1944) e a antropóloga Marilyn Strathern (1941). No Brasil, estudiosas como Heleieth Saffioti (1934-2010), Débora Diniz (1970), Bertha Koiffmann Becker (1930-2013), Márcia Tiburi (1970), Suely Rolnik (1948) e Vera Iaconelli (1965) tem destaque no cenário acadêmico.

Os estudos de gênero constituem um campo interdisciplinar de pesquisa que se propõe a compreender os papéis de gênero, as representações simbólicas de feminino/masculino, a formação social de identidades sexuais e as relações sociais entre os gêneros (Butler, 2003). Em termos gerais, gênero é um conceito amplamente trabalhado nas Ciências Humanas que busca apreender a respeito das identidades e a construção cultural de suas relações, com base tanto nas diferenciações sexuais, quanto nas desigualdades entre feminino e masculino. É ainda possível conceber gênero como uma epistemologia para observar e analisar a complexidade das sociedades e culturas (Butler, 2003).

Os caminhos das discussões a respeito dos papéis de gênero variaram de acordo com as épocas, as culturas e os contextos sociais (Iaconelli, 2023). Alguns pontos chave ajudam a compreender como a discussão sobre o tema foi desenvolvida ao longo dos séculos. Dentre os principais aspectos está a questão relacionada aos papéis de gênero tradicionais. Durante parte da história das civilizações, as sociedades tendiam a definir papéis de gênero rigidamente colocados, com expectativas claras sobre como homens e mulheres deveriam se comportar e quais funções exerceriam na família, na comunidade e na sociedade em geral (Iaconelli, 2023). A cada ciclo esses papéis refletem normas culturais, religiosas e econômicas predominantes de cada época. Essa abordagem destaca

a maneira como as construções sociais moldaram e continuam a moldar as experiências de gênero.

Ao longo dos séculos, várias teorias e debates emergiram em torno da natureza e da construção social do conceito de gênero. Segundo Estacheski & Medeiros (2017), no século XVIII, Mary Wollstonecraft destacou-se ao questionar as ideias tradicionais sobre a inferioridade das mulheres, defendendo que elas deveriam ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os homens. Esse posicionamento é considerado um dos primeiros passos na proposição de uma discussão sobre igualdade de gênero (Estacheski & Medeiros, 2017).

A partir de um salto histórico, já nos séculos XX e XXI, teorias feministas e estudos de gênero ampliaram o debate. Judith Butler (2003), filósofa reconhecida pelos seus estudos na área, destaca a questão da performatividade de gênero ao argumentar que gênero não é essência fixa, mas uma série de repetidos atos que constituem identidades de gênero. A autora desafia a perspectiva da compreensão estática e propõe que gênero seja algo construído e performado por meio de práticas sociais e cotidianas.

Gênero deve ser entendido como uma categoria social fluida e em constante negociação, refletindo e respondendo às mudanças cotidianas (Scott, Louro & Silva, 1995). Nesse sentido, na contemporaneidade, a discussão tem sido enriquecida por debates que buscam interpretações fundamentadas na interseccionalidade. Ângela Davis (2016) é um dos nomes que contribui para os estudos sobre a temática ao propor que as questões de gênero são inseparáveis de outros marcadores sociais como raça e classe. A compreensão, a partir da interseccionalidade, busca apreender a respeito das complexas interações entre diferentes formas de opressão, tais como gênero, raça e classe, e como essas interações moldam as realidades e as experiências humanas. Nos estudos de gênero, permite uma análise mais aprofundada das estruturas de poder e das dinâmicas de

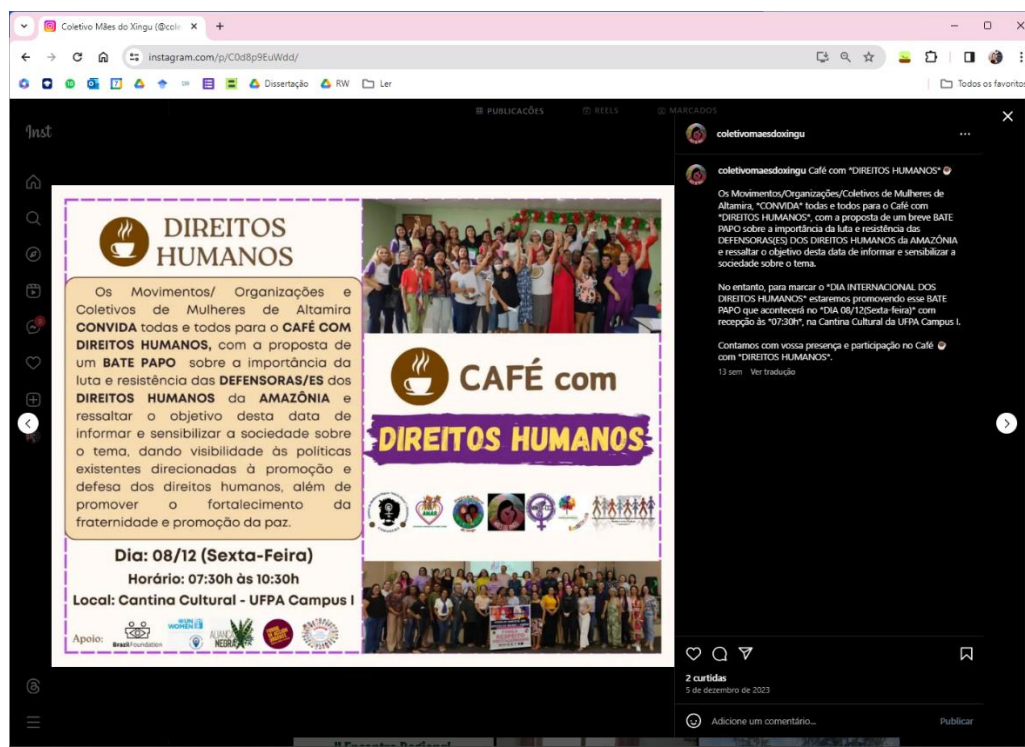
desigualdade que revela como as opressões se entrelaçam e se reforçam mutuamente, influenciando as oportunidades e os desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos históricos.

Desse modo, consideramos oportuno acessar o Coletivo Mães do Xingu a partir de questões de gênero, em intersecção com raça e classe. Nessa perspectiva, a organização coletiva das mães pode ser compreendida como uma forma de resistência de mulheres frente à violência e à injustiça que frequentemente afetam, de maneira desproporcional, as mulheres, especialmente as mulheres negras e das classes populares. As mães, ao se unirem e se mobilizarem em torno de suas perdas e lutas, desafiam as normas de gênero que historicamente as relegaram ao espaço privado e as silenciaram diante da violência estatal (Almeida, 2021).

As experiências das mães no Coletivo são atravessadas por suas identidades raciais e de classe, o que influencia percepções, demandas e estratégias de organização. Em contextos como esses, mulheres negras e de classes populares enfrentam formas específicas de violência e discriminação, que se somam às violências de gênero e estatais, tornando-as ainda mais vulneráveis e marginalizadas.

Em um contexto de intensa desigualdade social como a existente no município de Altamira, a discussão a respeito dos direitos humanos e da justiça social se torna vital. A precariedade dos direitos humanos atinge as mulheres, especialmente aquelas que vivem em comunidades marginalizadas, de maneira intensa. Não é incomum que essas mulheres, em resposta ao cenário de violências e negligência estatal, se organizem em coletivos e assumam papéis sociais de quem reivindica por justiça e acesso aos direitos básicos. Exemplo da organização dessas mulheres foi o evento “Café com Direitos Humanos” realizado pelos Movimentos Coletivos de Mulheres de Altamira no dia 08/12/2023.

Figura 7 - Convite para o evento Café com Direitos Humanos



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (05/12/2023). Instagram.

<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Panfleto anunciando um evento nomeado “Café com Direitos Humanos” que teve como proposta discutir a respeito da importância da luta e resistência de defensores dos Direitos Humanos na Amazônia.

Eventos como o Café com Direitos Humanos demonstram como os movimentos coletivos de mulheres na região amazônica buscam não apenas reivindicar por justiça e acesso a direitos básicos, mas também fortalecer a resistência e a solidariedade na comunidade. Essas iniciativas promovem discussões essenciais sobre a importância do engajamento na defesa de Direitos Humanos, e criam espaços de visibilidade e reconhecimento para realidades que são negligenciadas pelo Estado. Essas ações

coletivas se estabelecem como pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É oportuno ressaltar que na região de Altamira o engajamento de mulheres em movimentos sociais e coletivos não é recente. a. O histórico de movimentos sociais organizados por mulheres na região é marcado por uma série de iniciativas e mobilizações que visam promover a igualdade de gênero, combater a violência contra as mulheres e reivindicar direitos sociais e políticos (Lacerda, 2013). O Movimento de Mulheres na região amazônica foi impulsionado pela necessidade urgente de interromper os ciclos de violência doméstica, institucional e estrutural enfrentados pelas mulheres na região (Lacerda, 2013). Por meio desses posicionamentos, mulheres têm desempenhado papel fundamental como mediadoras entre as comunidades e as autoridades, garantindo que suas demandas sejam inseridas no espaço público por meio de organizações formalmente constituídas.

O II Encontro Regional das Mulheres do Xingu é um desses eventos que ilustra o envolvimento dessas mulheres na promoção de ações que ajude a população em tempos de urgência climática. O Encontro aconteceu em 2023 entre o final de novembro e início de dezembro – poucas semanas após ser declarada emergência climática no município de Altamira que enfrentava um período de estiagem e seca (Prefeitura Municipal de Altamira, 2023).

Figura 8 - Convite para o II Encontro Regional das Mulheres do Xingu



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (06/11/2023). Instagram.
<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Panfleto anunciando o evento II Encontro Regional das Mulheres do Xingu – com o tema “Mulheres do Xingu em tempos de Urgências Climáticas”. O evento foi organizado pelo coletivo e outras associações da região.

Estas ações são uma resposta direta à violência que as afeta. Mulheres, especialmente as mães, lideram essas lutas por justiça, desempenhando um papel social crucial na mediação entre a comunidade e o Estado.

Neste contexto, a interseccionalidade de gênero, raça e classe é elemento central para entender a luta das mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão e, em consequência, são afetadas diretamente pela precariedade das políticas públicas. Como discutido por Davis (2016), a atuação dessas mulheres é uma forma de resistência que desafia tanto o patriarcado quanto o racismo estrutural, promovendo uma compreensão

mais ampla de justiça social. No âmbito apresentado e discutido neste texto, é pertinente colocar relevo no recorte de gênero, mas também de raça e classe que caracteriza essas mulheres.

Isto posto, é fundamental compreender as complexas dinâmicas de poder que moldam as experiências das mulheres na sociedade (Teperman *et al.*, 2020). Os papéis de gênero não são apenas socialmente construídos, mas também profundamente internalizados, constituindo as subjetividades de mulheres. A internalização dos papéis de gênero, sob a perspectiva psicanalítica, é um processo complexo que se inicia na infância e se desenvolve ao longo da vida do sujeito. Atribuições específicas, como o cuidado, desempenham um papel fundamental nesse processo, influenciando a construção da identidade de gênero e a forma como o sujeito se relaciona consigo mesmo e com o mundo ao seu redor. No entanto, a internalização dos papéis de gênero e das atribuições específicas, como o cuidado, não é um processo determinístico e imutável. A psicanálise nos convida também a repensar os modos de expressão dos papéis sociais.

No contexto do Coletivo e na luta dessas mulheres o papel materno, ou seja, a maternidade emerge como uma condição de destaque e nas próximas páginas discutiremos sobre essa peculiaridade.

3.2- Maternidade: entre a idealização e a realidade

No século XIX, o surgimento do capitalismo instaurou mudanças significativas na instituição familiar (Iaconelli, 2023). A divisão sexual do trabalho instaurada, forçou um rearranjo em que, para acúmulo do capital, caberia às mulheres o trabalho doméstico, atividades de reprodução e de cuidado familiar e aos homens, caberia às atividades de produção e criadoras de valor (Iaconelli, 2023).

Desde então, a maternidade ocupa posição central e idealizado na sociedade contemporânea. A figura materna é frequentemente retratada como símbolo de amor incondicional, sacrifício e devoção. Este ideal de maternidade tem raízes culturais e histórias e é propagado por meio de diversas instituições, incluindo o Estado, a família, a religião, a mídia e a educação. A idealização de uma mãe perfeita, capaz de equilibrar todas as esferas da vida com abnegação e eficiência, perpetua um modelo de feminilidade que tenta empregar valor singular ao papel materno (Iaconelli, 2023).

No imaginário social, a mãe é frequentemente representada por figuras que encapsulam essas qualidades ideais. A “mãe cuidadora” é aquela que se sacrifica incessantemente pelo bem-estar de seus filhos, colocando suas próprias necessidades em segundo plano. A “mãe protetora” é vigilante e busca garantir a segurança física e emocional de seu rebento. A “mãe educadora” dedica-se à formação moral e intelectual de seus filhos, sendo vista como a responsável pelo sucesso futuro. Essas representações são reforçadas por narrativas midiáticas onde personagens maternas são frequentemente mostradas como fontes inesgotáveis de amor e paciência, sempre dispostas a colocar a família em primeiro lugar (Siqueira Damaceno, Marciano, & Di Menezes, 2021).

A caracterização popular da maternidade implica ainda algo de místico (Jurkevics, 2010). A exemplo, Gaia – a Mãe Terra (ou Mãe Natureza) engendra aspectos ligados à fertilidade, benevolência e o padecimento. No Islã, a maternidade é uma benção, considerando uma maldição a infertilidade – sendo um dever sagrado. Para os muçumanos, “o paraíso está aos pés das mães”, indicando a alta posição que elas ocupam na fé islâmica, uma vez que elas são tidas como as principais provedoras de cuidado e amor dentro da família (Sammour, 2018). Além disso, a partir da compreensão islâmica, a mãe, por ter sofrido mesmo antes da criança nascer, tendo sua própria vida em risco ao dar à luz, tem uma posição mais elevada que a do pai (Sammour, 2018).

No Cristianismo essa percepção pouco se difere e, exatamente daí, advém uma figura materna de grande importância em nossa sociedade, Maria, a mãe de Jesus Cristo (Jurkevics, 2010). Segundo a história bíblica, o filho mais conhecido de Maria, Jesus, foi assassinado em um episódio violento e político, promulgado pelo Estado Romano, a crucificação. Maria adquiriu notoriedade na história do Cristianismo, chegando a ser considerada uma santa (Jurkevics, 2010). Sua biografia é marcada pelo papel social da maternidade e, ainda hoje, inspira mulheres que passam pelo processo de luto. Maria teve sua vida e existência legitimada a partir da maternidade, tornando-se “Maria, a mãe de Jesus Cristo” (Jurkevics, 2010).

Para além dos aspectos místicos e religiosos que envolvem a maternidade, há que se considerar os aspectos mundanos também. A escolha pela expressão “mundanos” se justifica na tentativa de contrapor à idealização quase santificada da maternidade e que permeia o imaginário social; pois, caracterizar algo como mundano é identificá-lo como algo que não é santo, mas do mundo terreno (Editora Melhoramentos, 2024). Neste contraponto, teorias feministas criticam a idealização da maternidade, argumentando que ela contribui para a imposição de um fardo significativo sobre as mulheres. Simone de Beauvoir, na obra clássica “O segundo sexo” (1949), foi uma das primeiras a denunciar como a maternidade era utilizada como mecanismo de controle social sobre as mulheres. Ela argumentava que a exaltação da maternidade servia para manter as mulheres confinadas a uma esfera doméstica, limitando suas possibilidades de realização pessoal e profissional.

Judith Butler (2003), ao teorizar a respeito da performatividade de gênero, oferece uma crítica contundente ao conceito de identidade fixa, incluindo a identidade materna. Para a autora, os papéis de gênero são performados e a maternidade, como qualquer outro papel de gênero, é uma construção social. Esta construção reforça expectativas

normativas sobre o comportamento das mulheres e cria um ideal inatingível de perfeição materna (Iaconelli, 2023). A performatividade da maternidade tem sido continuamente reproduzida em práticas sociais e culturais, tornando laborioso para as mulheres escapar dessas expectativas rigidamente estabelecidas.

A compreensão a respeito da experiência da maternidade ainda pode ser pensada a partir da intersecção de classe e raça - atravessada por aspectos relacionados a opressões (Davis, 2016). Essa perspectiva ajuda a desvelar como o ideal da maternidade é particularmente oneroso para mulheres de grupos marginalizados que enfrentam múltiplas camadas de expectativas e discriminação. A romantização da maternidade contribui para obscurecer as realidades práticas, emocionais e complexas enfrentadas pelas mães. Iaconelli (2023) propõe que a maternidade não deve ser vista como obrigação natural, mas como uma escolha entre muitas que podem ser feitas.

Além das implicações teóricas, a idealização da maternidade tem consequências práticas na vida das mulheres. A pressão para corresponder ao ideal da mãe perfeita pode levar ao esgotamento físico e emocional, à culpa e à sensação de inadequação. Aquelas que não cumprem esse ideal, tendem a enfrentar estigma e julgamento social (Siqueira Damaceno *et al.*, 2021). Esse fenômeno pode ser evidente em casos em que o filho é assassinado – realidade vivida e compartilhada por Málaque, Nágida e Vilma.

Assim como a temática de gênero, a maternidade é uma questão cara à Psicanálise, pois o campo da maternidade é um destino muito habitual para as mulheres em nossa estrutura social (Iaconelli, 2023). Por vezes a percepção do feminino e a maternidade se (con)fundem no imaginário social (Iaconelli, 2023). É impreterível refletirmos a respeito da condição feminina do decorrer da história e buscar compreendê-la também dentro da teoria psicanalítica.

O nascimento da Psicanálise e das teorias psíquicas acontece no contexto machista e patriarcal, berço para elaboração de tais teorias, o que gerou pressupostos basilares que reafirmavam a compreensão da função de cuidado por parte das mulheres (Policarpo, 2023).

No relato de mães que perderam o filho permeia a perspectiva de que a mãe “*naturalmente*” sofre muito mais que qualquer outra pessoa. É como se o fato de ser mãe ratificasse certo nível de sofrimento diferente, sendo “*instintual*” às mães sofrer de maneira diferente de outras pessoas.

O lugar social da maternidade com frequência recebe destaque nas postagens do Coletivo. Em 08 de maio de 2022, Dia das Mães, uma postagem fazia referência à da maternidade. A imagem dizia “Feliz dia das mães a todas aquelas que hoje celebram com o coração cheio de saudades. Toda mãe possui o direito de viver com seus filhos em comunidades seguras e livres da violência. Nossos filhos têm voz. Eu sou a voz do meu filho.”

o proclamarem, em diferentes postagens, “Nossos filhos têm voz. Eu sou a voz do meu filho”, elas se comprometem a manter ativa a condição materna, mesmo após a perda dos filhos. Essas mulheres-mães repetem e expressam o desalento, manifestando, de forma ambivalente, a fragilidade e a dor, juntamente com a força e a determinação. Nesse movimento, a figura da mãe é idealizada, como alguém que não desiste do filho amado, mas suas vivências diárias revelam um confronto constante com a realidade. São mães que sobrevivem à dor e, na dor, constroem uma nova faceta da maternidade.

Frente à vivência da realidade violenta, a experiência da maternidade se atrela ao papel central das mães na luta por justiça e na resistência contra a impunidade. Ser mãe em um cenário de violência se revela como uma experiência marcada pela complexa interseção entre dor pessoal e ação política. As mulheres-mães se veem impulsionadas a

se tornarem agentes de transformação social. A maternidade emerge como fator de mobilização e resistência, conferindo às mães uma autoridade moral e simbólica na denúncia da violência e na busca por responsabilização dos culpados (Vianna e Farias, 2011).

Essas mulheres enfrentam um intenso processo de luto, raiva e impotência, ao mesmo tempo em que se veem compelidas a se engajarem em uma luta incansável por justiça e por mudanças estruturais que possam evitar novas tragédias. A dor pessoal das mães se entrelaça com a ação política, transformando a experiência individual em um ato coletivo de resistência e denúncia.

No contexto analisado, as mães que perdem seus filhos em cenário de violência se tornam protagonistas de um momento de luta e de transformação social, mobilizando redes de apoio e solidariedade para enfrentar as injustiças e as violações de direitos. Para Almeida (2021) a maternidade parece ser acionada como força motriz para a ação política, conferindo às mulheres uma autoridade moral e uma legitimidade emocional que desafiam as estruturas de poder e as narrativas hegemônicas. A presença ativa das mães nos espaços públicos e nas áreas políticas evidencia a centralidade de suas vozes em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A resistência das mães diante da violência evidencia sua capacidade de transformar a dor em ação, convertendo a perda em mobilização política e reivindicando justiça em meio à impunidade. A articulação entre a dimensão pessoal e a dimensão política da maternidade torna-se um elemento central na construção de estratégias de enfrentamento da violência e na promoção de mudanças estruturais. As mães se posicionam como agentes de transformação social, desafiam as normas de gênero, a hierarquia de poder e as práticas sociais que perpetuam a violência.

Os filhos que vivem mumificados nas lembranças das mães se tornam estímulo, para que, *in memoriam*, essas mães se engajem politicamente na luta por justiça.

3.3- Mães *in memoriam*

Os movimentos sociais contemporâneos são ações coletivas que emergem com a finalidade de promover transformações significativas na sociedade, seja no âmbito político ou cultural, caracterizando-se por sua origem na organização popular, por exercerem oposição e resistência ao poder e por enfatizarem uma identidade específica (Gohn, 2008). A atuação desses movimentos é crucial para a ampliação da consciência social e para a organização da sociedade civil, gerando um impacto *transforma-dor*.

É inegável a importância desses movimentos sociais na história da sociedade contemporânea. No contexto brasileiro, esses movimentos foram fundamentais na luta contra a escravidão, regimes autoritários e ditatoriais, além da conquista de diversos direitos civis e sociais (Gohn, 1997). Os movimentos sociais podem ser caracterizados como expressões da sociedade civil que atuam coletivamente para transformar aspectos da sociedade, especialmente no que se refere à garantia de direitos que, muitas vezes, não são cumpridos de forma efetiva.

Movimentos sociais são frequentemente organizados por grupos minoritários, definidos não apenas em termos demográficos, mas principalmente por sua posição em relação à maioria (Gohn, 2022). Minorias étnicas, de gênero, de orientação sexual e econômicas lutam por direitos que, embora garantidos constitucionalmente, muitas vezes não são efetivamente reconhecidos. Esses grupos se mobilizam para enfrentar uma estrutura social que favorece a classe dominante, contexto em que os movimentos sociais ganham relevância.

Uma das maneiras de classificar os movimentos sociais é quanto a conjuntura na qual se organiza: podem ser estruturais (como o movimento feminista, com demandas de longo prazo e buscam corrigir injustiças históricas e alcançar a igualdade de condições) ou conjunturais (surgem em resposta a eventos/conjunturas específicos, e não possuem a mesma estrutura organizacional dos movimentos estruturais) (Gohn, 2022).

Os movimentos feministas estruturais têm desempenhado papel fundamental na transformação da sociedade ao longo da história. Desde a luta pelo direito ao voto até as demandas por igualdade salarial e o combate à violência de gênero, são movimentações que buscam promover a justiça social por meio do combate às desigualdades presentes na sociedade (Davis, 2016).

Movimentos contemporâneos continuam a lutar por uma ampla gama de direitos, adaptando-se às novas realidades e desafios sociais. A luta contra o assédio sexual, a busca por representatividade política e a igualdade de oportunidades em todos os setores da sociedade são apenas alguns exemplos das demandas atuais. Esses movimentos não apenas buscam mudanças legislativas, mas também a transformação cultural e a sensibilização da sociedade.

De maneira geral, os movimentos sociais, e, de modo particular, os feministas, são essenciais para o avanço da democracia. É a partir da pressão exercida que ganham a visibilidade do Estado para que as demandas sejam ouvidas e atendidas. Resultam disso não apenas mudanças estruturais e conjunturais que englobam questões relacionadas aos Direitos Humanos, mas também o fortalecimento da democracia e da justiça social.

No contexto de precariedade e descaso e desigualdade social vivido no município de Altamira, a Igreja Católica, com forte influência da Teologia da Libertação, ganhou espaço na comunidade – principalmente colaborando na organização de grupos de jovens

e mães (Lacerda, 2013). Grupos foram e ainda são criados e fortalecidos pela instituição religiosa fomentando mobilizações sociais e escrevendo um histórico de luta que permanece até os dias atuais. No passado, esses grupos coletivos se reuniam inicialmente para vender e trocar suas produções, mas com o passar dos anos, esses coletivos se modificaram e se unem em prol de uma luta por reconhecimento e conquista e consolidação direitos individuais coletivos (Lacerda, 2013).

Se pensarmos no cenário nacional atual, há inúmeras redes e coletivos de familiares que perderam seus entes no cenário de violência. Contudo, captura nossa atenção o fato de que a mobilização social por meio de Redes e Coletivos no processo de enlutamento é, em sua maioria, organizada e frequentada por mulheres (Almeida, 2021). São irmãs, tias, sogras, mas sobretudo, mães que encabeçam esses movimentos. Inclusive, boa parte dos movimentos leva em seu nome a palavra “mãe”, trazendo algum tipo de pertencimento identitário. Há coletivos que optam pela nomeação de “familiares”, porém, muitos movimentos organizados não renunciam à nomeação “mãe”, como por exemplo a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, o Movimentos Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo e o Movimento Mães de Acarí. A maternidade, nesse contexto, torna-se eixo estruturante da identidade dessas mulheres.

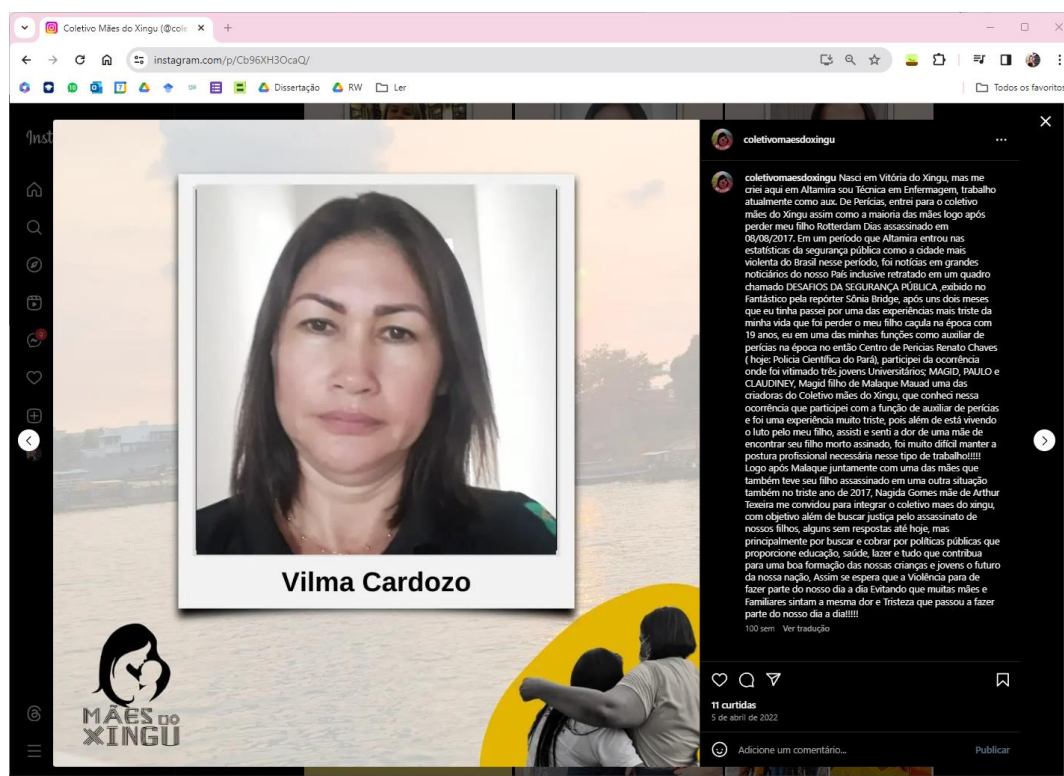
Movimentos sociais de mães como o Coletivo Mães do Xingu exemplificam a importância do agrupamento social como forma de elaboração do luto e resistência política. Segundo Freud (1920-1923 [2011]), a participação em grupos satisfaz uma necessidade intrínseca de afiliação e amor, e o ego individual se amalgama ao coletivo, adotando seus ideais e signos. No contexto dos Coletivos Mães do Xingu, essa dinâmica freudiana se revela particularmente potente, pois permite que as mães enlutadas encontrem espaço de apoio mútuo e solidariedade, transformando o sofrimento individual em uma força coletiva. Essa coesão não apenas pode contribuir na elaboração do luto,

mas também fortalecer a capacidade de mobilização social e reivindicação de direitos, ao transformar o sofrimento pessoal em uma causa compartilhada e visível, gerando uma identidade coletiva robusta que amplifica suas vozes e demandas no cenário público. Portanto, podemos considerar que a formação de tais movimentos não apenas satisfaz uma necessidade emocional, mas também constitui uma estratégia crucial de resistência e transformação social.

O principal objetivo do nosso coletivo não é enxugar lágrimas das mães, mas sim apoiar e dar forças. Além disso, fazer com que a sociedade e autoridades pensem em políticas voltadas para nossos jovens, deem oportunidades a eles, para que o mundo do crime não interfira na vida deles [*Nágida Gomes para página Aloyana Lemos para o jornal O Boto*]. (Lemos, 2017)

O Coletivo Mães do Xingu se constitui, então, como um movimento social contemporâneo que se organiza usando como identidade preponderante a maternidade de quem perdeu um filho no cenário de violência. Por meio de sua organização o Coletivo tem lutado em prol, majoritariamente, de questões relacionadas aos Direitos Humanos. Movimentos sociais emergem como espaços cruciais para o enfrentamento do luto, constituindo suporte emocional, instrumental e político às mães enlutadas – destacando o aspecto com apoio comunitário e transformação do luto em luta política. Essa realidade é ilustrada no depoimento de Vilma no Instagram.

Figura 9 - Postagem de apresentação de Vilma Cardozo



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (05/04/2021). Instagram.
<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Na legenda da postagem está o texto: “Nasci em Vitória do Xingu, mas me criei aqui em Altamira sou Técnica em Enfermagem, trabalho atualmente como aux. De Perícias, entrei para o coletivo mães do Xingu assim como a maioria das mães logo após perder meu filho Rotterdam Dias assassinado em 08/08/2017. Em um período que Altamira entrou nas estatísticas da segurança pública como a cidade mais violenta do Brasil nesse período, foi notícias em grandes noticiários do nosso País inclusive retratado em um quadro chamado DESAFIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA ,exibido no Fantástico pela repórter Sônia Bridge, após uns dois meses que eu tinha passei por uma das experiências mais triste da minha vida que foi perder o meu filho caçula na época com 19 anos, eu em uma das minhas funções como auxiliar de perícias na época no então Centro de Pericias Renato Chaves (hoje: Policia Científica do Pará), participei da ocorrência onde foi

vitimado três jovens Universitários; MAGID, PAULO e CLAUDINEY, Magid filho de Malaque Mauad uma das criadoras do Coletivo mães do Xingu, que conheci nessa ocorrência que participei com a função de auxiliar de perícias e foi uma experiência muito triste, pois além de estar vivendo o luto pelo meu filho, assisti e senti a dor de uma mãe de encontrar seu filho morto assinado, foi muito difícil manter a postura profissional necessária nesse tipo de trabalho!!!! Logo após Malaque juntamente com uma das mães que também teve seu filho assassinado em uma outra situação também no triste ano de 2017, Nagida Gomes mãe de Arthur Texeira me convidou para integrar o coletivo mães do Xingu, com objetivo além de buscar justiça pelo assassinato de nossos filhos, alguns sem respostas até hoje, mas principalmente por buscar e cobrar por políticas públicas que proporcione educação, saúde, lazer e tudo que contribua para uma boa formação das nossas crianças e jovens o futuro da nossa nação, Assim se espera que a Violência para de fazer parte do nosso dia a dia Evitando que muitas mães e Familiares sintam a mesma dor e Tristeza que passou a fazer parte do nosso dia a dia!!!!”

A participação em movimentos sociais parece possibilitar a essas mulheres enlutadas o compartilhar de experiências de perda, criando uma rede de suporte emocional. Este compartilhamento de vivências é relevante para o processo do luto que, segundo a perspectiva psicanalítica, necessita de simbolização e elaboração psíquica (Dunker, 2023). O sofrimento, quando expressos e reconhecidos em coletivo, podem encontrar espaço legítimo de elaboração, minimizando o isolamento e a possível estigmatização, no caso das mulheres do Coletivo.

O engajamento político constitui um meio de dar novo significado à dor, transformando-a em uma força motriz para mudanças sociais. Assim, o luto adquire uma dimensão pública e coletiva, indo além da experiência individual (Butler, 2019).

A ação coletiva e a solidariedade presentes nesses movimentos permitem que as mães reconstruam suas identidades. Este processo de reconstrução envolve tanto a elaboração psíquica do luto quanto a redefinição de papel social e político. O apoio mútuo e a luta conjunta oferecem novas perspectivas significadas para suas vidas, promovendo ressignificação da maternidade e da própria existência (Almeida, 2021).

Além disso, os movimentos sociais funcionam como espaços de resistência cultural e simbólica contra a violência. A participação ativa nesses movimentos desafia a narrativa dominante que muitas vezes culpabiliza as vítimas e silencia suas famílias. Ao se posicionarem publicamente, as mães enlutadas reivindicam seu direito à justiça e à memória de seus filhos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva sobre a violência e a luta por direitos humanos.

A elaboração do luto, portanto, não se limita ao âmbito pessoal, mas se estende à esfera pública e política. A Psicanálise sugere que a elaboração do luto envolve a simbolização da perda e a construção de novos significados para a vida sem o ente querido (Freud, 1915[2010]). Os movimentos sociais parecem cumprir papel de facilitador nesse processo ao proporcionar contextos e esferas de trabalho onde a dor pode ser expressa, reconhecida e transformada em ação política.

É importante destacar que os laços que essas mulheres criam não se resume ao Coletivo. No contexto nacional, há diversos coletivos de mães que se reúnem em Rede para alcançar maior visibilidade às suas demandas e conectar uma grande rede de apoio. O Coletivo Mães do Xingu se une a outros coletivos, como o Mães de Maio, Mães de Acari, Mães da Baixada e Rede Nacional de mães e familiares vítimas de violência do Estado. Dessa união, com frequência anual, essa Rede de coletivos de mães organiza o Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas. A próxima imagem, figura 10, faz referência ao encontro que aconteceu em 2023. O Coletivo mães do Xingu pediu apoio

financeiro por meio de sua rede social para que suas representantes pudessem participar do evento realizado, naquele ano em Vitória – Espírito Santo.

Figura 10 - Pedido de contribuição para o Encontro nacional em Vitória – ES



Nota. Fonte: Coletivo Mães do Xingu. (19/04/2023). Instagram.
<https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>

^a Na legenda da postagem está o texto: “Nos ajude a participar do Encontro Nacional que irá ocorrer no mês de maio. Pedimos encarecidamente apoio de vocês”.

Ponto importante a ser destacado nos movimentos sociais contemporâneos é a configuração possibilitada pelas mídias sociais. As primeiras postagens do Coletivo no Instagram foram feitas em abril de 2020, época em que o mundo enfrentava a pandemia de Covid que restringia a aproximação física das pessoas, impedindo aglomerações. Fato a ser reconhecido é que o modo de comunicação possibilitado pelo ciberespaço possibilita que os movimentos sociais alcancem outro patamar, concedendo visibilidade às causas.

Talvez possamos pensar as redes sociais como uma espécie de território onde esses coletivos se unem em Redes de coletivos, fazendo alianças e discutindo as relações de poder. No Instagram além da página do Coletivo Mães do Xingu, há perfis como: Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado (@redenacionaldemaesfami), Mães da Maré (@maesdamare) Mães do CIP (@maes_do_cip), Movimento Mães do Curió (@movmãesdocurio) e Coletivo Mães de Brumado (@coletivomaesdebrumado).

Resulta do enredamento desses grupos a solidariedade e a organização coletiva que se revelam como ferramentas importantes para a construção de novas narrativas de justiça e de dignidade. As redes de apoio e de ativismo político se fortalecem a partir da união entre as mães das vítimas que criam recursos e estratégias para o enfrentamento de violências.

No dia 26 de agosto de 2021, cerca de três anos e dez meses após o triplo homicídio que foi o estopim para a criação do Coletivo, aconteceu a condenação do acusado do crime. Porém, neste percurso, o Coletivo Mães do Xingu expandiu suas reivindicações. A pauta por justiça pelos assassinatos e paz no município, se entrelaçava à rede de demandas nacionais no campo dos Direitos Humanos.

O movimento que nasceu a partir de uma conjuntura violenta, ganhou robustez ao abraçar causas estruturais. Atualmente o Coletivo Mães do Xingu segue atuando por justiça para outros casos de assassinatos de jovens, mas também tem como causas o acesso à educação e assistência social para comunidades marginalizadas do município, o enfrentamento ao aumento do suicídio de jovens no município, causas ambientais e o enfrentamento da violência contra mulher – possibilitando que essas mulheres-mães enfrentem estruturas de poder e contribuam no enfrentamento a violências que assolam sua comunidade.

A maternidade, especialmente no contexto de mulheres que perderam seus filhos para a violência, adquire um papel central na estruturação de suas vivências e na forma como enfrentam o luto. Essas mães frequentemente se organizam em coletivos, transformando a dor individual em uma força coletiva de resistência e ação política. Ao mobilizar sua experiência materna para reivindicar justiça e memória, essas mulheres desafiam a ideia convencional de que o luto deve ser privado e apolítico. O luto se torna um espaço de engajamento social onde a maternidade funciona como um laço que une as mães em uma rede de solidariedade e ativismo.

No entanto, é importante reconhecer as nuances e complexidades da maternidade, especialmente ao analisar esse papel a partir das reflexões críticas apresentadas por Vera Iaconelli em "Manifesto Antimaternalista". Iaconelli (2023) argumenta que a sociedade constrói uma visão idealizada da maternidade, imputando à figura da mãe um papel de cuidado e responsabilidade inescapáveis. Essa perspectiva pode se tornar um fardo para as mulheres, restringindo suas subjetividades e reduzindo-as ao papel exclusivo de cuidadoras. Em um cenário de perda, essa visão maternalista pode intensificar o sofrimento, impondo um ideal inatingível de superação e resiliência, além de pressioná-las a lidar com o luto de forma socialmente aceitável.

Apesar das pressões sociais para que as mulheres assumam o luto de forma idealizada, a experiência dessas mães vai além do discurso maternalista, revelando novas possibilidades subjetivas e formas de resistência. Ao lutarem por justiça e reivindicarem a memória de seus filhos, essas mulheres transformam a dor do luto em uma experiência política que ressignifica o próprio papel materno. Em vez de serem apenas vítimas da violência, elas se tornam agentes de transformação, elaborando novas formas de subjetividade que vão além do papel tradicional de mães cuidadoras, mas também exercendo o papel mulheres-agentes-políticas. Esse movimento sugere que, embora a

maternidade influencie profundamente suas vivências, ela não se limita a uma função de sacrifício, mas pode ser um ponto de partida para novas construções identitárias e sociais

Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar o papel dos coletivos de mães que perderam seus filhos em contextos de violência, analisando como o luto, ao invés de se restringir ao campo privado e individual, pode se transformar em um espaço de resistência e mobilização política. Partindo do problema de pesquisa que questiona de que maneira a experiência do luto materno, em cenários de violência, influencia na construção de laços sociais e na luta por justiça, buscou-se compreender as estratégias de organização e as narrativas criadas por essas mulheres para enfrentar a perda e reivindicar visibilidade e direitos. Ao longo deste estudo, foi possível perceber que o luto, longe de ser um fenômeno despolitizado, revela-se como uma força propulsora de mudança social, ao transformar a dor em ação coletiva dessas mães em suas demandas por justiça e reconhecimento.

A questão norteadora deste estudo, "O que essas mulheres-mães buscam quando, a partir da perda individual, partem para o espaço público para aderir e engajar em movimentos sociais?", possibilitou uma inserção teórica e vivencial que tomou como referência o Coletivo Mães do Xingu para nos ajudar a compreender o engajamento social e político de mulheres que perderam os filhos em cenários de violência.

Os resultados deste estudo indicam que a experiência de luto vivida por essas mães se configura como um espaço de resistência e mobilização, desafiando as noções tradicionais que compreendem o luto como uma experiência exclusivamente privada e apolítica. A organização em coletivos permite que essas mulheres reconstruam suas

narrativas de perda, ao transformarem a dor em ação social e política. Observou-se que, ao compartilharem suas histórias e exigirem justiça, as mães criam uma rede de apoio mútuo que reforça sua identidade coletiva, ampliando seu poder de mobilização e dando visibilidade à violência vivida por suas famílias. Além disso, essa organização proporciona um novo sentido para o luto, que deixa de ser apenas um sofrimento solitário e passa a ser compreendido como uma luta coletiva por mudanças sociais e por reconhecimento público.

Outra importante constatação é que os coletivos de mães revelam uma articulação entre a dimensão pessoal do luto e sua expressão no espaço público. Esses movimentos destacam a maternidade como um fator central na construção de estratégias de enfrentamento à violência e de reivindicação de direitos. Ao assumirem o papel de 'voz' dos filhos, essas mães estabelecem um discurso de resistência que questiona a impunidade e demanda transformações estruturais nas políticas de segurança pública e direitos humanos. Assim, o luto, ao ser politizado e externalizado, revela-se como uma ferramenta capaz de mobilizar a sociedade e pressionar por justiça, evidenciando que o luto materno não se limita a um processo interno e individual, mas se expande para um compromisso social e político.

Durante o percurso da pesquisa, enfrentamos desafios significativos, especialmente na coleta de material jornalístico sobre a atuação do coletivo. A dificuldade em encontrar informações pode estar relacionada aos estereótipos que cercam a perda de um filho em contextos de violência, que frequentemente invisibilizam essas mulheres e suas lutas. Além disso, a maioria do conteúdo disponível se restringe a poucas figuras centrais, responsáveis pela organização estratégica do grupo, o que limita a diversidade de perspectivas apresentadas. Essas limitações apontaram para a necessidade de maior

visibilidade e reconhecimento das diversas vozes que compõem esses movimentos, destacando a importância dessas experiências.

A análise do território de Altamira e suas interações com vivências de violência revela que o território imprime marcas subjetivas nos indivíduos que ali vivem. O diálogo com a Geografia permitiu compreender que o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de relações de poder que, tensionadas moldam as experiências de violência. Altamira é apresentada como uma zona de sacrifício em prol do desenvolvimento capitalista, onde determinadas populações são mais vulneráveis e sujeitas à violência. Essa vulnerabilidade é um reflexo das desigualdades e dos conflitos de poder que caracterizam o passado e o presente da região.

As implicações sociais e psicológicas de viver em um território marcado pela violência são profundas, afetando diretamente as subjetividades dos habitantes de Altamira. As dinâmicas territoriais exercem impactos das dinâmicas territoriais nas vidas e identidades dos indivíduos, evidenciando a contradição entre a retórica do progresso e as realidades de marginalização e conflito. A precarização da vida em Altamira, exacerbada pela colonização descontrolada, questões ambientais preocupantes e o descaso atual, resulta em um sofrimento psíquico que afeta de maneira desigual os moradores, tornando algumas vidas mais suscetíveis a mortes violentas em nome do desenvolvimento econômico.

A discussão aprofundada ao examinar o luto em contextos de mortes violentas, revelou como a violência e o luto se entrelaçam e afetam as dinâmicas sociais. A interseção entre violência e luto se manifesta no laço social, influenciando as dinâmicas de comunidade, pertencimento e identidade. As repercussões do luto no laço social, tanto

nas esferas pública quanto privada, nos permitiu apreender como o processo de luto pode afetar as relações interpessoais e a construção de identidades coletivas.

Quanto às questões de gênero e maternidade, foi possível notar que as mulheres-mães enlutadas se mobilizaram e atuaram em busca de justiça e reconhecimento. Tal questão nos faz pensar a respeito do papel das mulheres na comunidade e nas mobilizações sociais como parte do processo de elaboração do luto individual, comunitário e coletivo. Há muito, na história de nossa sociedade, mulheres se articulam em prol de mudanças sociais não apenas para a sua realidade, mas também na comunidade. Ressalta-se a importância de reconhecer não apenas a perda de entes queridos, mas também o direito dessas mulheres ao reconhecimento como sujeitos de direito e cidadãs. A transformação do luto em uma ação política e reivindicativa é destacada como forma de resistir e buscar mudanças sociais.

As implicações teóricas desta pesquisa residem na ampliação da compreensão sobre o luto materno em contextos de violência, desafiando abordagens tradicionais que o consideram exclusivamente como uma experiência interna e individual. Ao analisar o luto como um fenômeno que pode se tornar uma força mobilizadora no campo político, este estudo contribui para o aprofundamento de teorias que articulam emoções e ação social, destacando o potencial transformador de sentimentos frequentemente vistos como passivos ou despolitizados. No campo prático, as descobertas sugerem a relevância dos coletivos de mães como espaços de resistência ativa e suporte social, evidenciando sua importância no enfrentamento à violência e na luta por justiça. As práticas de organização desses grupos revelam uma forma inovadora de ressignificar a dor, ao fornecerem uma estrutura que promove a solidariedade e a construção de uma identidade coletiva, o que pode servir de base para a formulação de políticas públicas que valorizem e apoiem tais iniciativas de mobilização social.

Em conclusão, a pesquisa buscou revelar a profundidade e a complexidade do engajamento social e político das mães que perderam seus filhos em cenários de violência, com um foco significativo nas atividades do Coletivo Mães do Xingu. As postagens do Coletivo são direcionadas principalmente para dar visibilidade não apenas à busca por justiça pelos crimes cometidos contra seus filhos, mas também para destacar suas ações como um movimento coletivo e social. O uso das redes sociais como plataforma de visibilidade e mobilização sublinha a importância de reconhecer e valorizar suas vozes no espaço público.

Lembra-se ainda que apesar de essas mulheres-mães não se enquadrarem na definição contemporânea de influenciadoras digitais, a atuação social, coletiva e política delas tem impacto significativo na sociedade e merece ser amplamente reconhecida e discutida. Ressalta-se a necessidade de outras investigações que estudem e coloquem em relevo essas formas de mobilização que emergem de experiências tão dolorosas. Sugere-se, para as próximas pesquisas, investigações sobre as formas de linguagem utilizadas por essas mães engajadas em movimentos coletivos. Ainda como sugestão para futuras pesquisas seria pertinente analisar as relações de poder e suas implicações na experiência de luto e violência, considerando o território de Altamira.

Futuras pesquisas podem explorar as dinâmicas de luto e resistência em outros contextos de violência urbana, ampliando o escopo para coletivos organizados em diferentes regiões do país, a fim de investigar as particularidades culturais e sociais que influenciam suas estratégias de mobilização. Seria interessante analisar como esses grupos lidam com questões de justiça e memória, considerando as diversas formas de violência enfrentadas em contextos urbanos e rurais. Além disso, novas investigações podem focar nas estratégias de comunicação adotadas pelos coletivos na era digital, avaliando como o uso das redes sociais impacta na visibilidade das causas e na formação

de redes de apoio e engajamento social. Outra possibilidade seria examinar a relação entre os coletivos e as instituições governamentais, a fim de compreender os desafios e as conquistas na construção de políticas públicas voltadas para a proteção de famílias que enfrentam a perda em contextos de violência.

Por fim, compreendemos que ao contar o passado, podemos pensar o presente e prospectar o futuro. A retomada das questões de poder e violência é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes que transcendem o âmbito judiciário, alcançando também a esfera da saúde pública. É papel do Estado reconhecer que a violência não é apenas um fenômeno criminal, exclusivo da segurança pública, mas um fator determinante que impacta na saúde física e mental dos sujeitos.

A abordagem do luto materno como um espaço de resistência e mobilização política é fundamental em um contexto marcado pela persistência da impunidade e das desigualdades sociais. Ao lançar luz sobre as experiências dessas mães, esta pesquisa evidencia a necessidade urgente de reconhecer e dar visibilidade a essas vozes que, muitas vezes, são silenciadas ou relegadas à invisibilidade social. Em uma sociedade onde a violência se impõe como uma realidade cotidiana, transformar a dor em uma força mobilizadora por justiça revela o poder das emoções enquanto motor de mudanças estruturais. Refletir sobre o luto não apenas como uma experiência individual, mas como uma prática coletiva de enfrentamento e reivindicação, coloca em pauta a importância de reavaliar as políticas públicas voltadas para o apoio e a proteção das vítimas de violência e suas famílias. Ao desafiar as narrativas dominantes, essa perspectiva propõe um novo olhar sobre a maternidade e o papel social das mulheres em contextos de perda, inspirando novas formas de solidariedade e ação coletiva.

Em contextos de violência, como bem reflete o caso do Coletivo Mães do Xingu, os efeitos traumáticos são duradouros, o que exige uma abordagem integrada, interdisciplinar e que considere a saúde como direito fundamental. As políticas públicas que ignoram essas interconexões deixam os sujeitos em estado de desamparo, perpetuando ciclos de sofrimento e marginalização. Programas de apoio psicológico e social, desenvolvidos com base em uma análise crítica das desigualdades de poder e suas manifestações violentas, podem proporcionar às vítimas e seus familiares os recursos importantes no processo de elaboração do trauma. Esse enfoque permite que o Estado não só intervenha de maneira reativa, mas também preventiva, criando condições para uma sociedade potencialmente mais justa.

Concluir esta pesquisa é mais do que cumprir uma etapa acadêmica; é dar voz a histórias que merecem ser ouvidas e reconhecidas. A trajetória das mães enlutadas que transformam a dor em resistência é profundamente inspiradora e reforça a urgência de repensarmos o luto não apenas como uma experiência de sofrimento, mas como um ato de coragem e luta por justiça. Que este estudo seja mais um ponto de referência para ampliar o debate sobre o papel social e político do luto, trazendo maior visibilidade para essas mulheres e suas demandas. Em um país onde a impunidade e a violência persistem, dar espaço e reconhecer as vozes dessas mulheres é um passo necessário para promover mudanças sociais e construir um futuro mais justo. Esparea-se que essa pesquisa contribua para sensibilizar não apenas o campo acadêmico, mas também a sociedade a respeito da importância de acolher e apoiar essas mães em sua busca por justiça e transformação.

Referências bibliográficas

- Alarcão, A. C. J., Carvalho, M. D. D. B., & Pelloso, S. M. (2008). A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16, 341-347.
- Almeida, M. de A. (2021). *Do luto à luta: O Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Ariès, P. (2003). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Ediouro Publicações.
- Benício, M. T. A. (2019). *“Todos os mundos. Um só mundo. Uma Maré de cidade”: violência, espaços públicos e intervenção urbana* (Dissertação de mestrado, PUC-Rio).
- Bispo, F. S. (2015). A morte violenta: uma abordagem psicanalítica sobre seus diferentes modos de apresentação no laço social.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, 20-28.
- Brum, E. (2017). “Mataram meu filho. Mas não quero polícia mais armada, eu quero políticas públicas”. *El País*. Publicado em: 16 out 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/16/opinion/1508154788_843826.html> . Acesso em: 20 dez 2023.
- Brum, E. (2019). *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro*. Arquipélago Editorial.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business.

Câmara Municipal de Altamira. (2024). Câmara Municipal de Altamira.

<https://altamira.pa.leg.br/>

Carrara, M. S. (2021). *É sempre a hora da nossa morte amém*. São Paulo: Nós, 2021.

Ebook.

Ceccarelli, Paulo Roberto. (2009). Laço social: uma ilusão frente ao

desamparo. *Reverso*, 31(58), 33-41. Recuperado em 25 de junho de 2024, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000200004&lng=pt&tlng=pt.

Chrisóstomo, Maria, Cione, Moreira, Jacqueline, de, Oliveira, Guerra, Andréa, Maria,

Campos, & Kyrillos Neto, Fuad. (2018). A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais: algumas considerações. *Psicologia em Revista*, 24(2), 645-

660. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p655-671>

Siqueira Damaceno, N., Ruben Calaça Di Menezes, N., & Paula Marciano, R. (2022).

As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor

Materno. *Perspectivas Em Psicologia*, 25(1). Recuperado de

<https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/56484>

Costa, W. M. da. (2024). *Geografia política e geopolítica: Discursos sobre o território e o poder* (2ª ed.). Editora da Universidade de São Paulo.

Das, V. (2020). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Editora Unifesp.

E-ISBN: 9786556320168

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo editorial. ISBN: 9788575595039

De Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira. ISBN-10: 852092283X

de Melo Neto, J. C. (2007). *Morte e vida severina*. Alfaguara. ISBN-10: 8560281320

de Oliveira Gomes, M. C. (2003). Tortura e segurança pública no Brasil. *Revista IIDH*, (38), 313-347.

Dunker, C. I. L. (2023). *Lutos finitos e infinitos*. São Paulo: Paidós. ISBN-10: 8542221990

Editora Melhoramentos. (2024). *Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*.

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mundano>

Estacheski, D. de L. T., & Medeiros, T. G. de. (2017). A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 375–378.

<https://doi.org/10.1590/%x>

Farias, A. L., & Knechtel, M. R. (2019). A subjetividade contemporânea: Uma nova fronteira para a educação ambiental. *Ambiente & Educação*, 24(2), 68–97.

<https://doi.org/10.14295/ambeduc.v24i2.9494>

Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In *Sigmund Freud – Obras completas – Volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In *Sigmund Freud – Obras completas – Volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 13-123). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

Freud, S. (2010). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In *Sigmund Freud – Obras completas – Volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 124-354). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)

Freud, S. (2010). Recordar, repetir, elaborar. In *Sigmund Freud – Obras completas – Volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em*

- autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu*. In *Sigmund Freud – Obras completas - Volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 13-113). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2012). *Totem e tabu*. In *Sigmund Freud – Obras completas – Volume 11: Totem e tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (pp. 13-244). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2015). *O poeta e o fantasia*. In *Arte, literatura e os artistas – Obras incompletas de Sigmund Freud*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (2016). *Além do princípio de prazer*. L&PM Editores.
- Fundação Perseu Abramo (2021/2022). *Reflexões das bordas sobre desigualdades, homicídios e chacinas no Brasil: Relatório do Seminário Violência e Periferias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Gohn, M. da G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos* (11ª ed.). Edições Loyola.
- Gohn, M. da G. (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais* (5ª ed.). Edições Loyola.
- Gohn, M. da G. (2022). *Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - Como impactam e por que importam?* (1ª ed.). Editora Vozes.

- Guarinello, N. L.. (2007). Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História (São Paulo)*, 26(1), 125–132. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000100010>
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Instagram [@coletivosmaesdoxingu]. Instagram. <https://www.instagram.com/coletivomaesdoxingu/>
- Instagram [@coletivosmaesdoxingu]. (2020, Abril 20). *Vídeo depoimento de mãe usando máscara preta* [Vídeo]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B_-Q-9OJw1Z/
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Altamira. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/altamira.html>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). Atlas da violência. Brasília: IPEA; FBSP. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115–138. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>
- Jurkevics, V. I. (2010). Virgem maria: paradigma da superioridade espiritual feminina. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9.
- Lacan, J. (1945 [1998]). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Originalmente proferido em 1964)
- Lacan, J. (1985). O Seminário, livro 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro, Zahar.

- Lacan, J. (2016). O Seminário, livro 6: O desejo e sua Interpretação. Rio de Janeiro, Zahar.
- Lacerda, P. M.. (2013). Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(1), 153–168. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000100009>
- Lemos, A. (2018). *Coletivo de mães do Xingu*. O Boto. <https://o-boto.com/blog/coletivo-de-maes-do-xingu>. Santarém: O Boto.
- Lins, M. P. (2022). *Uma proposta de psicanálise: Do território psicossocial ao território do sujeito* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Marin, I. da S. K.. (1999). Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 2(3), 75–88. <https://doi.org/10.1590/1415-47141999003005>
- Marucco, N. C. (2017). Corpo, luto e representação no campo analítico: Algumas reflexões sobre a psicossomática hoje. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 24(1), 29–29. <https://doi.org/10.5281/sppa%20revista.v24i1.274>
- Menezes, L. (2018, setembro 15). Senhora das dores - as mães que a violência policial despedaçou. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policial-lutam-por-justica>
- Oliveira, L. R. de. (2019). *Princípios*. No álbum *Amarelo*. Laboratório Fantasma.
- Policarpo, D. R. (2023). *Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero: Deslocamentos necessários à psicanálise atual* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa

- de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/268051>
- Prefeitura Municipal de Altamira. (2023, 17 de novembro). Decreto nº 2993. Disponível em: <https://altamira.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Decreto-no-2993-2023.pdf>.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Editora Ática.
- Rodrigues, C. (2021). O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero. Autêntica Editora.
- Rosa, M. D., & Domingues, E.. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180–188. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>
- Safatle, V. Melancolia do poder. Café Filosófico, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LLLxyYgWzQA> Acesso em 18 de junho de 2024.
- Sammour, G. M. (2014). *A posição da mãe no islamismo*. O Guaíra. <https://oguaira.com.br/opiniaio/posicao-da-mae-no-islamismo/>.
- Santos, M. (2000). Por uma outra globalização. Rio de Janeiro, Ed. Record.
- Santos, M. (2007) O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- Schwarcz, L. M. (2019). Sobre o autoritarismo brasileiro. Brasil: Companhia das Letras.
- Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257862>

- Silva Júnior, J. N., & Besset, V. L.. (2010). Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?. *Fractal: Revista De Psicologia*, 22(2), 323–336.
<https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800008>
- Stein, M. L. M. (2011). Infantil, eu. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(40), 9–17. ISSN 1516-9162.
- Vianna, A., & Farias, J. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, (37), 79-116.
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>
- Viêgas, R. N. *Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”*. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, v. 21, 2006
- Teperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (2020). *Gênero*. Autêntica Editora.
- Tuan, Yi-Fu. (1983). Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983
- World Health Organization. (1996). *Global consultation on violence and health: Violence: A public health priority* (WHO/EHA/SPI.POA.2). Geneva, Switzerland: WHO.